



COMO VIRAR O JOGO?

Não se trata da questão de implementar uma política econômica 'correta'.
Por Raulo Vidigal, **página 2**



MEIOS DE PAGAMENTO: ÁGEIS E DIGITAIS

Presença em agências ou lotéricas deve acabar em um futuro breve.
Por Luis Filipe Cavalcanti, **página 2**



LEILÃO DE DIAMANTE BRANCO GIGANTE

Pedra fará circuito de exibição por Dubai, Taipé, NY e Genebra.
Por Antonio Pietrobelli, **página 4**

Inflação já reflete efeitos do conflito na Ucrânia

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), usado no reajuste dos contratos, especialmente de aluguel, no País registrou inflação de 1,74% em março deste ano. A taxa é inferior às observadas no mês anterior (1,83%) e em março de 2021 (2,94%).

Porém o índice veio acima da projeção de mercado financeiro, que era de 1,47%. Além disso, houve aceleração em relação a outros índices de preços calculados pela FGV, com o último IGP-10, que subiu 1,18%.

“O indicador já começa a sofrer influência dos impactos da guerra no Leste Europeu, tanto na cadeia produtiva quanto nos preços ao consumidor. Apesar da desaceleração para 2,1% dos preços ao produtor (IPA), há fortes pressões nos itens”, analisa o banco Inter.

Segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV), o IGP-M acumula taxa de 5,49% primeiro trimestre do ano. Em 12 meses, a taxa acumulada chega a 14,77%, menos da metade da observada em março de 2021 (31,10%).

Gás: Rússia aceita euros para converter em rublos

O presidente russo, Vladimir Putin, conversou por telefone, nesta quarta-feira, com o chanceler alemão Olaf Scholz. Putin afirmou que os parceiros europeus podem continuar pagando pelo gás russo em euros, segundo um comunicado do governo alemão.

Os pagamentos seriam feitos em euros e transferidos como de costume para o Gazprombank e convertidos em rublos. Scholz não concordou com o procedimento proposto por Putin durante a conversa, mas pediu informações por escrito para entender o procedimento com mais precisão, segundo o comunicado do lado alemão.

Na semana passada, a Rússia anunciou que só aceitaria o pagamento das importações de gás em rublos de “países hostis”. Em resposta, o Grupo dos Sete (G7) rejeitou os pagamentos em rublos, alegando razões de cumprimento contratual.

Congelamento dos salários reduz em 8% despesas com servidores

Queda foi real, já descontada a inflação

Depois do superávit recorde em janeiro, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) voltaram a ficar negativas em fevereiro. No mês passado, o déficit primário ficou em R\$ 20,619 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

No mês passado, as receitas líquidas cresceram 22,4% em relação a fevereiro do ano passado em valores nominais. Descontada a inflação, o crescimento ficou em 10,7% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). As despesas totais cresce-

ram 17,7% em valores nominais e 6,5% acima do IPCA na mesma comparação.

Os gastos com o funcionalismo federal caíram 8,1% no acumulado do ano descontada a inflação, refletindo o congelamento de salários dos servidores públicos que vigorou entre junho de 2020 e dezembro de 2021. As despesas com a Previdência Social recuaram 0,8%, também considerando a inflação, por causa dos cortes implantados na reforma aprovada em 2019.

Em relação aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o governo federal investiu R\$ 3,08 bilhões nos dois primeiros meses do ano, alta

de 52,5% em relação ao mesmo período de 2021, descontada a inflação pelo IPCA. A alta ocorre perante uma base fraca de comparação. No ano passado, o Orçamento foi sancionado apenas em abril, e os investimentos no primeiro quadrimestre foram executados apenas com restos a pagar (verbas autorizadas em anos anteriores), informa a Agência Brasil.

Três fatores impulsionaram o crescimento das receitas: a arrecadação recorde registrada em fevereiro; pagamento de R\$ 11,35 bilhões em concessões de infraestrutura de leiloadas ao longo de 2021; e pagamento de royalties.



Elma Okic/ONU

Tedros Adhanom: no melhor cenário, sem necessidade de doses de reforço

OMS projeta estratégias para fim da pandemia

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou um plano atualizado para a Covid-19, estabelecendo estratégias que, se implementadas em 2022, permitirão que o mundo saia da fase emergencial da pandemia. O plano inclui três cenários possíveis sobre como o vírus pode evoluir no próximo ano.

“De acordo com o que sabemos agora, o cenário mais provável é que o vírus da Covid-19 continue evoluindo, mas a gravidade da doença que ele causa irá reduzir com o tempo enquanto a imunidade aumenta por conta da vacinação e das infecções”, disse o diretor-

geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus. Um terço da população global ainda não recebeu a primeira dose da vacina, incluindo 83% da população da África.

Nesse cenário base, que serve como modelo de trabalho para a OMS, o vírus causa menos surtos graves, com altas periódicas em números de transmissão com a redução da imunidade. As doses de reforço podem ser necessárias para os que estão em maior risco. O vírus pode certamente entrar em um padrão sazonal, com picos nos meses mais frios, assim como a influenza.

No melhor cenário da OMS,

as variantes futuras seriam “significativamente menos graves”, e a proteção de doenças graves seria de longa duração, sem a necessidade de doses futuras de reforço ou mudanças significativas nas vacinas atuais.

No pior cenário, o vírus se transforma em uma ameaça nova, altamente transmissível e mortal. Nesse cenário, as vacinas seriam menos eficientes e a imunidade para doenças severas e morte cairia rapidamente, o que exigiria mudanças significativas nas atuais vacinas e uma campanha ampla de doses de imunidade para grupos mais vulneráveis.

Preços da indústria têm alta de 20% em 12 meses

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a variação de preços de produtos na saída das fábricas, registrou inflação de 0,56% em fevereiro deste ano. A taxa é inferior às observadas no mês anterior (1,20%) e em fevereiro de 2021 (5,16%).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador acumula taxas de 1,77% no ano e de 20,05% em 12 meses.

Os preços subiram em 15 das 24 atividades industriais pesquisadas. Os destaques ficaram com as indústrias extrativas (8,34%), refino de petróleo e biocombustíveis (1,70%) e alimentos (0,70%).

Por outro lado, nove atividades tiveram deflação (queda de preços), entre elas metalurgia (-2,55%).

Analisando-se as quatro grandes categorias econômicas da indústria, o IBGE afirmou que houve alta de preços em todas elas: bens de capital, isto é, máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (0,64%), bens intermediários, isto é, insumos industrializados usados no setor produtivo (0,50%), bens de consumo semi e não duráveis (0,75%) e bens de consumo duráveis (0,15%).

Os setores com as quatro maiores variações de preços nos últimos 12 meses, de acordo com a pesquisa, foram: refino de petróleo e biocombustíveis (49,47%); outros produtos químicos (41,85%); madeira (29,41%); e produtos de metal (26,59%).

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 4,7720
Dólar Turismo	R\$ 5,9400
Euro	R\$ 5,3250
Iuan	R\$ 0,7515
Ouro (gr)	R\$ 290,50

ÍNDICES

IGP-M	1,83% (fevereiro)
	1,82% (janeiro)
IPCA-E	
RJ (dez.)	0,63%
SP (dez.)	0,86%
Selic	11,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Como virar o jogo?

Por **Ranulfo Vidigal**

As respostas do capitalismo para tentar recuperar-se da crise nos últimos anos impuseram aos países da periferia da economia mundial um acirramento da dependência financeira e tecnológica. A única possibilidade de desenvolvimento capitalista periférico parte do esmagamento da remuneração da força de trabalho, como forma de elevar as taxas internas de retorno das empresas sediadas no interior da economia brasileira.

A estratégia de desenvolvimento e a política econômica podem aprofundar o grau dessa dependência, ao elevar a vulnerabilidade externa das economias, como acontece com programas ultraliberais de entrega do patrimônio público, ou reduzir o grau dessa dependência e vulnerabilidade, ao restringir o grau de abertura externa dessas economias periféricas. Retardatária, a América Latina foi uma das últimas regiões do planeta a se industrializar, e um novo salto qualitativo só será possível mediante uma revolução nas relações de produção. Um desafio incontestado para suas elites.

Obviamente, isso não é obtido com medidas tópicas de administração de certas variáveis (taxa de câmbio, oferta de crédito, taxa de juros etc.), mas a partir de políticas que, por exemplo, reduzam o grau de abertura externa, comercial e financeira, nas economias latino-americanas da atualidade, elevem a capacidade de controle cambial, tendo em vista os problemas nas contas externas, e revertam o atual grau de flexibilização e desregulamentação dos mercados. Isso, contudo, depende de correlação de forças políticas e muita luta social.

Não se trata da questão de implementar uma política econômica ‘correta’

A política econômica pode ainda promover um processo redistributivo interno às economias periféricas, reduzindo a característica estrutural de concentração de renda e riqueza. Uma proposição desse tipo já enfrentaria resistências político-ideológicas internas e externas não desprezíveis. Entretanto, qualquer que seja a administração da polí-

tica econômica, ela não tem como resolver os problemas estruturais colocados pela situação de dependência, uma vez que esta é parte constituinte da própria lógica de acumulação de capital em escala mundial.

Acreditar no contrário, ou seja, que tudo é uma questão de implementar uma política econômica “correta”, significa conceber a dicotomia desenvolvimento versus subdesenvolvimento como mera diferenciação quantitativa, sem relação com a dinâmica de acumulação de capital mundial, e como fenômenos meramente antagônicos e não complementares.

Basta se espelhar no exemplo gritante do tempo presente. Afinal, diante da combinação de crise econômica cíclica e guerra no mundo, a quem interessa uma Petrobras “autônoma” praticando preços abusivos? Um Banco Central “independente” permitindo juros extorsivos? Uma captura do orçamento público pela malta rentista? Ou metas de inflação irrealistas que permitem à autoridade monetária promover um choque recessivo na economia brasileira? Reflitamos, pois!

Ranulfo Vidigal é economista.

Câmera no peito, a defesa do policial e da sociedade

Por **Dirceu Cardoso Gonçalves**

Finalmente a adoção de câmeras acopladas à farda do policial – que já ocorre há anos em São Paulo, Santa Catarina e Rondônia, se instala no Acre e Sergipe, passa por testes em nove estados e tem estudos em outros 11 – vai ganhar diretriz nacional. O Conselho Nacional dos Secretários da Segurança Pública (Conesp) finaliza a minuta do procedimento padrão sobre o uso do equipamento. Isso facilitará a montagem do sistema por todas as unidades federadas, com evidente lucro para os trabalhos da Segurança Pública e da Justiça e, como resultado final, a inibição do crime.

Ao contrário do que pregam os contumazes críticos da instituição policial, a câmera junto ao corpo não tem por objetivo vigiar o agente e impedi-lo de cometer excessos. O equipamento não é dotado de raciocínio e nem de preferências, captando todas as imagens e sons do seu raio de ação. Serve tanto para mostrar que o policial agiu dentro dos padrões sem extrapolar, quanto para desencorajar o bandido por saber que está sendo filmado.

Monitorado, o sistema dá segurança ao policial e permite, por exemplo, que sua coordenação envie reforços quando for necessário. As imagens arquivadas são testemunhas do acontecido, livrando todos os envolvidos de mentiras, armações e procedimentos que possam dificultar a apuração.

Em São Paulo, as câmeras começaram a ser usadas pelos policiais do 46º BPM/M (Vila Mariana), onde existem importantes relatos de sua contribuição no resguardo da atividade profissional da tropa. A chegada das câmeras coloca clareza nas ações. Mostra quando o policial agiu devidamente e também o contrário, permitindo que a corporação administre melhor seu trabalho, elogiando e incentivando os que agem certo e punindo os que descumprirem os regulamentos.

Desde quando as câmeras de monitoramento em vias e logradouros públicos surgiram de forma quase rudimentar, defendemos a sua utilização. A Polícia Militar de São Paulo, no

seu vitorioso programa “Vizinhança Solidária”, preconiza a utilização e integração dos sistemas de câmeras. Ressalte-se que, numa área com permanente cobertura de imagem é possível fazer a fiscalização através dos centros de monitoramento e só deslocar viaturas e policiais para o trabalho presencial quando se verificar suspeita ou chamada. Um esquema dessa ordem reduz custos e aumenta a segurança. É preciso, no entanto, montar e manter a infraestrutura ativa durante as 24 horas do dia.

Toda instituição que reúne milhares de profissionais e tem por objetivo a preservação da ordem abriga no seu pessoal aqueles que – por alguma razão, não necessariamente dolosa – acabam cometendo excessos. A PMESP e suas congêneres são rigorosas na apuração desses eventos e, quando constatada a falha funcional, seu membro é punido

disciplinarmente, responde judicialmente e, conforme a gravidade, pode ser demitido e cumprir pena. A câmera no peito, serve mais para alertá-lo a não aceitar provocações – que podem levá-lo a extrapolar – e preservar os fatos como realmente ocorrem. Também invalida as narrativas que os oportunistas montam para denunciar truculência que na maioria das vezes não existiu.

Quanto mais cercado de tecnologia, melhor o policial trabalhará na sua missão de defender a sociedade. O testemunho das câmeras serve, entre outras coisas, para livrá-los das cascas de banana que os inimigos da classe sempre que conseguem lançam em seu caminho.

Eliminada a possibilidade da criação do clima emocionalmente ruim decorrente de ações orquestradas contra a instituição e seus integrantes, a Segurança Pública melhorará de padrão, haverá menos confrontos e diminuirá o número de mortes (tanto de policiais quanto de cidadãos) e todos viveremos melhor.

É preciso acabar com a velha pregação de que a polícia é violenta, e o criminoso é uma vítima. Fatos isolados não devem ser generalizados, mas exaustivamente apurados para evitar que se projetem para toda a classe ou até sobre a sociedade.

Dirceu Cardoso Gonçalves é tenente PM, dirigente da Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo (Aspomil).

Quanto mais cercado de tecnologia, melhor o agente trabalhará

Futuro dos meios de pagamentos será ágil e digital

Por **Luis Filipe Cavalcanti**

Não há como negar o boom que as formas de pagamento online se sobressaíram com a pandemia. Seja por questões de segurança, higiene ou praticidade. Muito mais pessoas optam atualmente por deixar de ir ao banco e pagar um boleto de contas de *utilities* pelo aplicativo da instituição financeira no celular.

O Pix, método de pagamentos instantâneo do Banco Central (BC), que foi lançado em 2020, veio para ficar. Com certeza, foi um dos principais meios de propulsão para os pagamentos digitais e será um dos mais

comuns dos próximos anos, tendendo a se popularizar ainda mais. O cliente busca e adere ao que é rápido e simples, sempre. A receptividade do Pix no Brasil comprova isso, a agilidade e a praticidade hoje em dia são cruciais para uma tecnologia se consolidar como opção do consumidor.

Presença em agências ou lotéricas deve deixar de acontecer em breve

Os pagamentos presenciais em agências bancárias ou lotéricas devem deixar de acontecer em um futuro breve. Grande parte dos consumidores estão

aderindo ao leitor de códigos de barras com smartphone, crédito, e débito automático, esta é sempre uma opção escolhida quando o assunto se trata de contas recorrentes.

Por esses motivos, as empresas precisam estar antenadas para disponibilizar aos clientes as mais atualizadas formas de pagamento. Há algumas que estão aderindo às plataformas financeiras que possibilitam que os clientes paguem suas contas no crédito de forma online, permitindo o parcelamento de faturas vencidas e a vencer.

Luis Filipe Cavalcanti é diretor de operações da FlexPag e diretor do MIT Alumni Brasil.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitor.interpress@hipernetecom.com.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

ASSOCIAÇÃO DOS
EMBAIXADORES
DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO

AMIGO DO RIO

www.embaixadoresdorio.com.br



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Xiconomics e a política marxista

Em 2020, a China foi a única grande economia que registrou crescimento positivo, com seu produto interno bruto ultrapassando o limite de 100 trilhões de yuans (cerca de 15,75 trilhões de dólares). Em 2021, a taxa de crescimento econômico da China continuou a se classificar entre as principais economias do mundo.

De acordo com a Xiconomics, um fator chave para o desenvolvimento econômico da China é a fusão de ambas as forças da economia de mercado – a “mão invisível” e a “mão visível” – com as vantagens de um sistema socialista.

“Ao contrário da economia do Ocidente, que enfatiza unilateralmente os mecanismos de mercado, a filosofia econômica de Xi é baseada nas condições nacionais da China e enriqueceu muito a economia política marxista”, disse Yu Hong, pesquisador sênior do Instituto do Leste Asiático da Universidade Nacional de Cingapura, à agência Xinhua.

“A experiência da China provou que, em uma economia de mercado socialista, é possível coordenar a eficiência do desenvolvimento econômico e da governança social, o que é necessário para a recuperação econômica global na era pós-pandemia”, completou Alexander Petrov, professor da Universidade do Estado de São Petersburgo. A filosofia e a prática econômica exclusivas da China ampliaram a compreensão da humanidade sobre as leis econômicas e ofereceram orientação para países reforçarem o crescimento sustentável.

Valor da tungada

O trabalhador pode calcular o valor exato de quanto deveria ser seu saldo no Fundo de Garantia sem os expurgos da TR, tendo como índice de atualização o INPC do IBGE. A TR, calculada pelo Banco Central, não repõe as perdas geradas pela inflação desde janeiro de 1999. O Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador oferece a calculadora no seu site.

Somente no último dia 10 de março, com o INPC de 1% e a TR a 0, o governo deixou de creditar nas contas de todos os trabalhadores aproximadamente R\$ 13,8 bilhões, considerando juros compostos desde janeiro de 1999.

Salvação

Cálculo feito por um jornalista: se todos pagarem uma multa de R\$ 50 mil para cada “Bolsonaro, VTNC”, o Brasil cresce. O PIB vai para as alturas, e o dólar cai. Bolsonaro ainda vai salvar a economia!

Rápidas

Nos últimos 10 anos, o registro de mortes violentas em Juiz de Fora (MG) cresceu 40%. A análise está no livro *A escalada da violência em Juiz de Fora*, que a advogada Ellen Rodrigues lançará no webinar “Saindo do Prelo”, nesta quinta, às 17h, com transmissão pelo canal TVIAB no YouTube *** O PubliUva Summit 2022 debate o uso de ferramentas digitais no home office nesta quinta, às 18h40, via YouTube. O evento recebe Fabíola Palo, da Home Chefs e Megamídia. Inscrições em [sympla.com.br/publiuva-summit-2022---como-se-diferenciar-num-mercado-tao-agil-e-tao-conectado__1523318](https://www.sympla.com.br/publiuva-summit-2022---como-se-diferenciar-num-mercado-tao-agil-e-tao-conectado__1523318) *** Nesta sexta, ocorrerá a palestra “Epidemia de Desinformação”, sobre fake news, com Pâmela Pinto, no auditório da Facha (em Botafogo, RJ) às 10h30 *** Deputada do Parlamento Europeu, a portuguesa Marisa Matias falará sobre “O paralelo Brasil e Comunidade Europeia”, nesta quinta, às 10h, no canal TVIAB no Youtube ***

MEC tem o quinto ministro no mesmo governo

O Ministério da Educação (MEC) teve, a partir desta quarta-feira, um novo ministro. Quem assume a pasta é o engenheiro de redes de comunicação formado pela Universidade de Brasília (UnB) Victor Godoy que, durante a gestão de Milton Ribeiro, ocupava o cargo de secretário-executivo da pasta. Ele será o quinto a ocupar o cargo que seria uma das principais pastas de governo.

A mudança ocorre após a abertura de uma investigação contra Ribeiro, por ter favorecido a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo dois pastores como intermediários. O caso levou

Ribeiro a pedir exoneração do cargo, no último dia 28. A nomeação do novo ministro foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira.

O currículo de Victor Godoy publicado no site do MEC informa que ele é servidor público da carreira de Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU), onde trabalhou desde 2004 até ser convidado ao cargo de secretário-executivo do MEC, em julho de 2020. Na CGU, Godoy atuou como auditor federal de Finanças e Controle, coordenador-geral; e diretor de Auditoria da Área Social e de Acordos de Leniência.

Na semana passada, a Polícia Federal abriu um inquérito para investigar o ex-

ministro Milton Ribeiro. A medida foi autorizada pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia, após a divulgação de um áudio, pelo jornal Folha de S.Paulo, no qual Ribeiro diz favorecer, a pedido do presidente Jair Bolsonaro, prefeituras de municípios ligados aos dois pastores.

O ex-ministro já era alvo de um outro inquérito da PF, que tem por base dados levantados pela CGU relativas a irregularidades que estariam ocorrendo em eventos realizados pelo MEC e, também, sobre o oferecimento de vantagem indevida, por parte de terceiros, para a liberação de verbas do mesmo fundo.

A apuração ocorreu entre setembro de 2021 e março

de 2022. O órgão, então, concluiu que agentes públicos não estavam envolvidos nas supostas irregularidades e enviou o caso para a PF, que abriu um inquérito criminal.

O caso está também na esfera cível, pela Procuradoria da República no Distrito Federal. É também alvo de uma fiscalização extraordinária que está a cargo do Tribunal de Contas de União (TCU).

Após a divulgação do caso, o então ministro Milton Ribeiro divulgou uma nota à imprensa, na qual disse não haver nenhum tipo de favorecimento na distribuição de verbas da pasta. Segundo ele, a alocação de recursos federais segue a legislação orçamentária.

Valores a receber de até R\$ 10 concentram 69,8% dos casos

O Banco Central (BC) atualizou nesta quarta-feira o balanço das liberações de valores esquecidos em instituições financeiras. Os saldos residuais de até R\$ 10 representaram 69,8% das liberações para pessoas físicas, pequena diferença em relação aos 69,7% do levantamento divulgado há duas semanas.

O balanço sofreu pequenas mudanças porque, nesta semana, as instituições financeiras informaram novos valores esquecidos ao BC. Ao todo, cerca de 200 mil correntistas que não teriam valores a receber na rodada inicial terão saldos residuais.

O número total de pessoas físicas com quantias a receber passou de 27,3

milhões para 27,5 milhões. Como há casos em que um mesmo CPF tem mais de um valor a receber, o número de transações que o sistema do Banco Central pode realizar passou de 32,3 milhões para 32,6 milhões de transações.

Os números consideram tanto os valores sacados como a serem resgatados. O total de registros de pessoas físicas com saldos residuais de até R\$ 1 subiu de 13,84 milhões para 13,96 milhões, passando de 42,8% para 42,7% do total. Os montantes entre R\$ 1 e R\$ 10 aumentaram de 8,7 milhões para 8,85 milhões de casos e em termos percentuais passaram de 26,9% para 27,1%. Ao somar as duas faixas, o montante de quem tem até R\$ 10 a receber che-

ga a 69,8%.

Nas faixas mais altas, os registros de valores entre R\$ 10.000,01 e R\$ 100 mil aumentou de 36.029 para 36.497, mas continua a corresponder a apenas 0,11% dos casos. Os casos de pessoas físicas com mais de R\$ 100 mil esquecidos passou de 1.318 para 1.370, em termos percentuais, a proporção se manteve em apenas 0,004% do total.

Na terça-feira (29), o diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central, Maurício Moura, informou que o maior valor individual liberado até agora corresponde a R\$ 1,65 milhão, resgatado por um cliente que havia esquecido o valor em cotas de consórcio. O volume

refere-se ao total de consultas da primeira fase do Programa Valores a Receber. Dos R\$ 4 bilhões previstos pelo BC, foram liberados R\$ 3,32 bilhões a 27,5 milhões de pessoas físicas. O restante, cerca de R\$ 680 milhões, está destinado a empresas.

Para agendar o saque, o usuário deverá ter conta nível prata ou ouro no Portal Gov.br. Identificação segura para acessar serviços públicos digitais, a conta Gov.br está disponível a todos os cidadãos brasileiros. O login tem três níveis de segurança: bronze, para serviços menos sensíveis; prata, que permite o acesso a muitos serviços digitais; e ouro, que permite o acesso a todos os serviços digitais.

Cobertura obrigatória de planos de saúde é contestada

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 45/22 propõe suspender parte de uma resolução normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que atualizou o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, em vigor desde o ano passado.

A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

Antes de ir ao Plenário da Câmara, o projeto será analisado nas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Segundo a Agência Câmara de Notícias, o rol é um documento que orienta a cobertura mínima que as operadoras de planos de saúde devem oferecer. Um dos ar-

tigos da resolução determina que, para fins de cobertura, o rol detalhado na norma é taxativo – ou seja, as operadoras dos planos não precisam cobrir os procedimentos não incluídos na relação.

A suspensão do artigo é pedida pelo deputado Juninho do Pneu (União-RJ), autor da proposta. Segundo ele, regra semelhante não existia na reso-

lução anterior, de 2017.

“A taxatividade de um rol de procedimentos que não acompanham os avanços diários da medicina pode colocar em risco a saúde dos beneficiários dos planos de saúde, uma vez que essas pessoas buscam a saúde privada por um serviço de saúde necessário e de qualidade”, disse o deputado.

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.
CNPJ Nº 05.427.471/0001-02 - NIRE: 3330026228-8
AVISO AOS ACIONISTAS
A FARTURA AGROPECUÁRIA S.A. (“Companhia”) avisa aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da Sociedade, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar (Parte), na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, os documentos e informações referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
Rio de Janeiro, 30 de março de 2022
Eugênio Ricardo Araújo Costa
Diretor-Presidente

abrasca **MONTEIRO ARANHA S.A.** **ACAO**
Companhia Aberta
CNPJ nº 33.102.476/0001-92 - NIRE 33.3.0010861-1
AVISO AOS ACIONISTAS
A MONTEIRO ARANHA S.A. (“Companhia”), em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2022, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101-parte, Leblon, Rio de Janeiro - RJ e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.monteiroaranha.com.br). A Companhia comunica, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada nos jornais habituais.
Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello
Diretor de Relações com Investidores

HATAR PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 04.688.649/0001-06
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Na qualidade de administradora da sociedade empresária **HATAR PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.688.649/0001-06 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o NIRE 33.2.0830.268-6, por despacho datado de 11/02/2009, CONVOCA, todos os seus, sócios para a Assembleia Geral Extraordinária, a ocorrer no dia 07 de abril de 2022, às 09:00 horas na sua sede na cidade de Niterói/RJ, à Rodovia Amaral Peixoto, nº 2401, 3º andar, sala 301-B, Bairro Baldeador, Niterói/RJ, CEP 24.140-005, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) modificação do Contrato Social; (b) Eleição de novos administradores; e (c) assuntos gerais. Em obediência ao Artigo 1.074 do Código Civil (Lei 10.406/2002), a Assembleia instalar-se-á, em primeira chamada com sócios representantes de 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os sócios que não puderem comparecer na data e hora poderão se fazer representar por procuradores constituídos através de mandato, com especificação precisa dos poderes dos atos autorizados.
Niterói (RJ) 29 de março de 2022.
HELOISA HELENA ANTUNES DE ANDRADE

TELESPAZIO BRASIL S.A.
CNPJ/MF nº 02.214.014/0001-33 - NIRE 33.3.0016636-0
Assembleia Geral Ordinária - Primeira Convocação: O Presidente do Conselho de Administração da TELESPAZIO BRASIL S.A. convoca os Senhores Acionistas para se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 11 de abril de 2022, às 9h, na sede da Companhia, situada na Av. Rio Branco, 1/1803, CEP 20090-003, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os administradores. Informamos que se trata de alteração da convocação originalmente efetuada para realização da assembleia no dia 4 de abril de 2022, mantidos os anúncios previstos no *caput* do art. 133 da Lei nº 6.404/76, que foram objeto de publicação nas versões impressa e digital do Jornal Monitor Mercantil de 25 de fevereiro de 2022; 26-27-28 de fevereiro de 2022; e 3 de março de 2022, respectivamente em fs. 4, 4 e 3 das versões impressas. Rio de Janeiro, 29 de março de 2022. **Jean Marc Gardin** - Presidente do Conselho de Administração.



LEILÕES & COMPANHIA

Antonio Petrobelli
pietrobelliantonio0@gmail.com

Leilão de diamante branco gigante

Depois do leilão do diamante negro, agora está sendo leiloado um diamante branco gigante, com 228,31 quilates, chamado “The Rocks”. A pedra, extraída e polida na África do Sul há mais de 20 anos, é “o maior diamante (em formato de) pera de cor D-Z (tons de brancos) que já foi catalogado”, segundo informa a casa de leilão Christie’s em comunicado.

O diamante foi classificado pelo Instituto Americano de Gemologia. A estimativa é arrecadar até US\$ 30 milhões com o certame. Após sua estreia para o público em Dubai, o diamante vai cumprir um circuito de exposição. Será apresentado em Taipé (Taiwan), Nova York e Genebra, onde finalmente irá a leilão em 11 de maio.

Promoção de apto no Grajaú

Jonas Ryner (rymerleiloes.com.br) promove leilão do apartamento 803 na Rua Barão do Bom Retiro, 1.760, Grajaú, com 1 vaga de garagem. Tem 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda e dependência. Prédio de natureza residencial, com 3 elevadores, portaria 24 horas, circuito de TV interno, prédio com 11 pavimentos e cobertura, com total infraestrutura, play, quadra, salão de jogos, academia, sauna, churrasqueira, parque infantil, banheiros e cozinha. Avaliação: R\$ 456.387,00. Leilão aberto.

Casa em Piratininga em Niterói

Luiz Tenório de Paula (depaulaonline.com.br) divulga leilão de casa em Piratininga em Niterói, no lote de Terreno 01 da Quadra 110, da Rua Dr. Ernesto Imbassahy de Mello, antiga Rua 80, Bairro Piratininga, Niterói, RJ. Casa com 2 pavimentos, sendo 1º piso em alvenaria: garagem p/ 2 veículos, banheiro, cozinha, área de serviço; e o 2º piso em madeira: varanda, sala, 3 quartos, banheiro social. Dimensão do terreno: 10,00m de frente, mais 7,80m em curva, 11,90m de fundos; 25,00m do lado direito; e 30,00m do lado esquerdo. Avaliação: R\$ 645.807,00. Leilão em andamento.

Oferta de apto em Copacabana

Silvani Lopes Duas (leiloeirasilvani.com.br) realiza leilão do apartamento 101 na Travessa Jaú em Copacabana. Imóvel em posição frente, janelas de alumínio, sala com piso revestido com material vinílico, paredes com tinta acrílica; cozinha com piso revestido com material vinílico, paredes revestidas com cerâmicas antigas e pintura com tinta acrílica; banheiro com piso e paredes revestidos com cerâmicas antigas. Construção localizada no início de uma vila contendo 18 casas. Avaliação: R\$ 300.000,00. Leilão em andamento.

Divulgação de terreno em Guaratiba

Alexandro Lacerda (alexandroleiloeiro.com.br) divulga a realização de leilão do lote 26 da Rua Projetada C do Village do Monteiro Fase 11, Guaratiba (RJ). Imóvel tem área de 210,00m², medindo: 7,00m de frente para a Rua Projetada C; 30,00m pelo lado direito e confrontando com terras de quem de direito; 30,00m pelo lado esquerdo confrontando com o lote 27; e 7,00m pelos fundos confrontando com o lote 43. Avaliação: R\$ 250.000,00. Leilão em andamento.

Anúncio de sala no Maracanã

Rodrigo Portela (portellaleiloes.com.br) anuncia leilão de sala comercial na Rua Mariz e Barros, 1001 – sala 806 – Edifício Bandeirante Dias Leme. O prédio é comercial, com 9 pavimentos, 9 salas por andar, dois elevadores, portaria 24 horas, podendo funcionar durante todo o dia. A sala possui área edificada de 31m², com banheiro. Avaliação: R\$ 299.000,00. Leilão em andamento.

Divulgação

Leiloeiros podem divulgar leilões em destaques de seus sites enviando informações para este colunista.

Confiança do comércio caiu 0,2 ponto em março

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) cedeu 0,2 ponto em março, ao passar de 87 para 86,8 pontos. Em médias móveis trimestrais o indicador subiu 0,5 ponto, a primeira alta depois de seis meses de quedas consecutivas.

“Depois de alta no mês passado, a confiança do comércio ficou relativamente estável na passagem para março. Essa estabilidade foi resultado da combinação da expressiva alta do índice que mede o volume de demanda no momento presente e da intensa queda das expectativas em relação aos próximos meses. Nos dois sentidos é preciso cautela, dado que a alta do ISA-COM recupera apenas 31% das perdas acumuladas nos sete meses anteriores. E pelo lado das expectativas, a queda mais intensa

pode ter sido influenciada pelo aumento da incerteza ao longo do mês, em especial aquelas relacionadas aos desdobramentos da Guerra. O patamar da confiança continua baixo e ainda não é possível imaginar uma recuperação mais consistente nos próximos meses, dado o cenário macroeconômico negativo e a provável manutenção de níveis elevados de incerteza”, avalia Rodolpho Tobler, economista do Ibre.

Em março, houve queda em quatro dos seis principais segmentos do setor. O resultado negativo no mês foi influenciado pela piora do Índice de Expectativas (IE-COM), que caiu 10,0 pontos, chegando a 86,4 pontos, menor patamar desde março de 2021 (70,2 pontos). Já o Índice de Situação Atual (ISA-COM) subiu 9,5 pontos, ao passar de 78,1 pontos para 87,6 pontos, maior nível desde novembro de 2021 (88,3 pontos).

Com o resultado de março, a confiança do comércio encerra o primeiro trimestre em queda, na comparação com a média do último trimestre de 2021. Depois de dois trimestres de recuperação no meio de 2021, esse é o segundo trimestre seguido de queda da confiança trimestral do setor. Apesar do resultado positivo em março, a queda no primeiro trimestre de 2022 foi influenciada pela redução do Índice de Situação Atual, que já vinha desacelerando desde o final do ano passado. Pelo lado das expectativas, o IE-COM no trimestre mostra reação com uma pequena alta de 1,3 ponto, mesmo com a queda do dado pontual de março.

De acordo com o Mastercard SpendingPulse, em fevereiro, as vendas do varejo no Brasil cresceram +27,8% em comparação a fevereiro de 2021, à medida que os consumidores

retomam suas atividades de compras nas lojas. Em comparação com um cenário pré-pandemia, em fevereiro de 2020, as vendas no varejo cresceram +35,9% ano a ano.

Ao analisar o panorama geral do Brasil, todos os estados registraram crescimento de vendas nas lojas: Norte (+43,7%), Sul (+29,7%), Centro-Oeste (+27,3%), Sudeste (+26,9%) e Nordeste (+26,6%).

Eletrodomésticos (-21%), vestuário (-11,8%) e móveis (-9,2%) foram os setores que apresentaram as quedas mais expressivas do varejo eletrônico, em relação ao mesmo mês de 2021. Apesar dos resultados das vendas virtuais terem caído -15,8% em relação ao ano anterior, o comércio eletrônico ainda registrou um aumento ano a ano de +55,7% em relação a fevereiro de 2020, quando a prática ainda não era uma necessidade.

Páscoa: comércio aposta em diversificação para aumentar vendas

O comércio está apostando na diversificação da troca de presentes na Páscoa além do chocolate, que vem aumentando a cada ano, e estima aumento de 2% nas vendas. A data, que é considerada um verdadeiro Natal para as lojas especializadas em chocolate, passou a ter um novo sabor para o varejo, não se restringindo apenas aos ovos de chocolate e caixas de bombons. É o que mostra a pesquisa Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro CDL-Rio e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio), que ouviu 500 lojistas da cidade do Rio de Janeiro para conhecer a expectativa dos empresários e como eles se prepararam para a Páscoa.

A pesquisa buscou informações sobre estoque, produtos, promoções e perspectivas de vendas, e contou com a participação de empresários dos setores de brinquedos, vestuário (adulto e infantil), calçados e bolsas, papelaria, perfumaria e cosméticos, joias e bijuteria, eletrodomésticos, utensílios para o lar e telefones celulares.

Para 65% dos lojistas ouvidos o preço médio dos

presentes por pessoa deve ficar em torno de R\$ 150; para 25% até R\$ 200; para 8% até R\$ 260 e para 2% acima de R\$ 270 e que os clientes deverão utilizar o cartão de crédito, cheque pré-datado e dinheiro como forma de pagamento.

Segundo Aldo Gonçalves, presidente do CDL-Rio e do SindilojasRio, limitada até a alguns anos à troca de ovos de chocolate e bombons, o comércio está apostando na Páscoa oferecendo outros produtos como bichos de pelúcia, brinquedos, jogos eletrônicos, cartões criativos e kits montados ao gosto do cliente, roupas (infantis e de adultos), joias e bijuterias entre outros artigos.

“Por isso os empresários estão inovando a cada ano na data para seduzir os consumidores, direcionando o foco nesta época, não apenas para as crianças, mas também para os adultos, atraindo atenção especial dos casais, principalmente dos namorados”, explica.

Os lojistas estão preparados para atender o consumidor que não quer apenas dar de presente ovos de chocolate: 68% acreditam em aumento de 2% nas vendas; 24% em crescimento de 4% e para 8% as vendas serão

iguais ao do ano passado. Para isso os lojistas criaram uma série de ações para estimular os consumidores: apostaram na decoração da loja e vitrine; no lançamento de novos produtos, campanha publicitária, kits promocionais, desconto no total das compras e formas de pagamento facilitado.

Já estudo realizado pela Associação Paulista de Supermercados (Apas) indica que os produtos mais consumidos na Páscoa estão com os preços em desaceleração, em comparação com o mesmo período do ano passado. Apesar da persistência da inflação, os preços para o grupo alimentação no domicílio têm apresentado trajetória mais estável do que o de alimentação fora do domicílio, o que sugere maior possibilidade de as comemorações da data acontecerem em casa. Assim, produtos como balthau, chocolate, vinho, massa fresca, pescada e bombom tendem a apresentar menor aceleração nos preços até a Páscoa ou mesmo, em alguns casos, uma leve redução.

A Páscoa é a terceira data mais importante para o varejo de alimentos, atrás do Natal e Black Friday. A data costuma elevar o tíquete

médio em 14% em relação ao mês anterior. Segundo levantamento da Apas, esse histórico e a redução dos índices de desemprego apresentados no início do ano, fez com que 37% dos empresários do setor supermercadista ficassem mais otimistas em relação às vendas da Páscoa deste ano em relação às do ano passado, enquanto 45% acreditam que o desempenho será semelhante ao de 2021. Os ovos estão até 40% mais caros em relação a 2021, mas a estimativa do setor supermercadista é de um aumento de 36% nas vendas de chocolates na Páscoa deste ano.

Neste ano, diversos supermercados estão mudando a configuração das ofertas de Páscoa, reservando espaços menores para as parreiras de ovos de chocolate, com apresentação de produtos menores (mais ovos de 250g, contra os de 500g a 1kg do ano passado), além de maior disponibilização de chocolates e bombons.

Os minimercados e lojas de proximidade (mercados de vizinhança) devem ofertar ovos de Páscoa como compra de emergência, apresentando ao cliente um reforço no mix das barras e caixas de chocolate.

Vistoria remota garante segurança jurídica

Delphos utiliza a ferramenta SvrDelphos em 76% das vistorias realizadas

A vistoria remota realizada pela Delphos, por vídeo e fotos, oferece total segurança jurídica, posto que a legislação brasileira reconhece como provas as reproduções cinematográficas, fotográficas e fonográficas. A explicação foi feita pelo diretor de operação da Delphos, Henrique Macieira, em resposta a participantes de webinar realizado pela Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), no último dia 24 de março.

“A autorização dada no início da vistoria, pelo segurado ou seu representante legal, aperfeiçoa o ato e lhe dá conformidade jurídica. Quanto às obrigações oriundas da LGPD, o sistema é dotado de ferramentas que mantêm os dados trafegados criptografados e seguros, respeitando, assim, todas as imposições legais que devem ser observadas. Todo o processo está em plena conformidade com as questões de segurança da informação e com as normas da LGPD”, assegurou o executivo.

Ele esclareceu ainda que a ferramenta, que é a SvrDelphos, não requer a instalação de aplicativo no smartphone do segurado. No contato telefônico inicial com o responsável pelo

imóvel, para agendamento da realização conjunta de todos os procedimentos necessários à efetivação da vistoria, o engenheiro presta todos os subsídios técnicos em relação às instruções de uso do sistema e providencia o envio de um link que viabiliza a conexão através do equipamento móvel (celular, tablet e afins). Após a conexão, o usuário passa a ser detalhadamente orientado sobre como deve proceder e o que deve mostrar no decorrer da vistoria.

Facilidades

Já no que diz respeito à limitação do tamanho do vídeo, quantidade de fotos e campos para informações, não há qualquer impedimento que coloque em risco a realização da vistoria em sua totalidade, pois a capacidade é tão vasta que é impossível de ser alcançada. “Não é exagero dizer que não existe limite. A ferramenta acomoda espaço para a inserção de tudo quanto for necessário para a totalidade de dados e informações relativas ao caso”, observou o diretor da Delphos.

Quanto à geração de uma ata, o engenheiro, após o encerramento da vistoria, confecciona o laudo ou o

relatório, anexando todo o registro fotográfico, o que garante que nenhum dado ou informação seja desperdiçado.

Henrique Macieira enfatizou ainda que sempre cabe às seguradoras definirem como querem contratar os serviços de vistorias, os quais podem ser feitos de forma presencial ou remota. Segundo ele quase todos os sinistros podem ser vistoriados de forma remota. Mas, dependendo do valor em risco e das características do sinistro, pode ser recomendável que se realize a vistoria presencial.

Além disso, caso a vistoria remota não seja suficiente e haja questionamentos por parte das seguradoras, um complemento da vistoria pode ser feito de forma presencial. Neste caso, se os questionamentos forem pertinentes, nenhum custo adicional será repassado às seguradoras. “Cada contratante define os seus critérios, sendo que um dos itens preponderantes para a adoção da vistoria remota é o valor da estimativa de indenização pré-informado quando do aviso do sinistro”, pontuou o executivo.

Outro ponto importante destacado por ele foi que a qualidade da rede de internet do segurado pode impe-

dir a realização da vistoria de forma satisfatória. Em razão disso, o requisito mínimo para a conexão é uma rede 3G.

Segurança

Não há, porém, qualquer restrição de modelo do smartphone nem de sistema operacional. “Na hipótese de insucesso em razão da impossibilidade por parte do segurado em função da rede de Internet, nosso engenheiro dá prosseguimento à vistoria de forma presencial e o segurado jamais será prejudicado por isso. No caso da Delphos, a única forma que não recomendamos é que a vistoria seja feita apenas pelo segurado sem que o engenheiro esteja guiando a referida vistoria”, ressaltou Macieira.

Neste contexto, a Delphos não disponibiliza aplicativos que possam ser baixados no smartphone, pois nem mesmo um tutorial com o passo a passo para ser usado pelo segurado daria a segurança necessária para que todos os aspectos importantes do sinistro ou do objetivo da vistoria sejam efetivamente verificados, sem margem para possíveis fraudes.

“Ademais, essa não é



Macieira: Respeito a ‘todas as imposições legais que devem ser observadas’

uma responsabilidade do segurado e ele não pode ficar com esse encargo. Será sempre o engenheiro da Delphos quem comandará e guiará a vistoria, a não ser que, ao invés do serviço de vistoria propriamente dito, a seguradora contrate a licença de uso do nosso software, o que é sim uma opção disponível. Nesse caso, as regras a serem seguidas serão as da contratante”, revelou.

Por fim, Macieira disse que a ferramenta da Del-

phos está em produção desde o início de 2020. O projeto vinha sendo desenvolvido antes disso, mas foi acelerado com a chegada da pandemia, pois era preciso manter a saúde dos profissionais e, ao mesmo tempo, não levar os segurados a receber estranhos em sua residência. A ideia foi muito bem recebida pelo mercado e pelos segurados. “Atualmente, 76% das vistorias realizadas pela Delphos, utilizam a ferramenta SvrDelphos”.

CNseg debaterá no Fibe desenvolvimento e regulação estatal

O Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, participará, em 19 de abril, do evento “Os desafios do desenvolvimento: o futuro da regulação estatal”. O evento, que ocorrerá em Lisboa, Portugal, é organizado pelo Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe), que tem como um de seus coordenadores o Ministro Gilmar Mendes, do STF, e debaterá os caminhos da retomada do bem-estar econômico e social, em meio às transformações da revolução digital, da pandemia, e do re-

posicionamento dos blocos econômicos globais.

Entre os participantes, estarão várias autoridades do Poder Judiciário, do Executivo, parlamentares, professores e especialistas no campo do direito, da economia e da sociedade que tratam dos temas no Brasil, em Portugal e em outros países da Europa.

Coriolano participará de mesa redonda do painel “Regulação Econômica”, tratando de “Serviços e instituições financeiras”, a partir das

14 horas do dia 19 de abril. Ele abordará os limites e possibilidades da tecnologia na regulação do mercado de seguros, ao lado do Procurador-Geral do BACEN, Cristiano Cozer, e do Diretor do BNDES Marcelo Sampaio Vianna Rangel, entre outros, em mesa moderada pelo professor do Instituto Brasileiro de Direito Público e consultor da CNseg Ricardo Morishita. Além dos debates, o evento também contará com visitas téc-

nicas reunindo entidades brasileiras e suas congêneres portuguesas.

O evento presencial, com coordenação científica do Ministro do STF Gilmar Mendes, e do economista José Roberto Afonso, também consultor da CNseg, será realizado no Hotel Pestana Palace, na cidade de Lisboa, em Portugal, e tem inscrições gratuitas, que podem ser feitas [clicando aqui](#). Mais esclarecimentos podem ser obtidos pelo e-mail: contato@forumbrasil-leuropa.org.

Clube dos Seguradores da Bahia recebe Alper Consultoria

O Clube dos Seguradores da Bahia promove a primeira solenidade do ano, que acontece no dia 6 de abril, às 19 horas, no Fiesta Bahia Hotel, em comemoração ao aniversário de 63 anos, além de efetuar a posse da nova diretoria. O presidente da Alper Consultoria e Corretora de Seguros, Marcos Aurélio Couto, vai ministrar palestra e apresentar as perspectivas da empresa para os convidados. Durante a solenidade, haverá a posse da nova

diretoria da entidade.

A empresa registrou um lucro líquido referente a R\$ 3,6 milhões no quarto trimestre de 2021 e reverteu o prejuízo líquido de R\$ 181 mil no quarto trimestre de 2020. A receita líquida obteve o melhor resultado dos últimos 5 anos, concluído em R\$ 47,7 milhões entre outubro e dezembro do último ano.

As despesas operacionais ajustadas foram de R\$ 31,9 milhões, no quarto trimestre de 2021. Houve uma elevação de 52,7% em relação ao trimestre de 2020.

Habitacional: ano começa em alta

O seguro Habitacional começou o ano em alta, com volume de contratos equivalente a R\$ 442, 6 milhões, valor

9,5% maior que o mesmo mês de 2021, segundo levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras- CNseg.

O número acompanha o

ritmo de expansão da construção civil, que, apesar do aumento no custo dos insumos, continua em elevação. Entre outras coberturas, o

seguro habitacional garante a quitação do saldo devedor do imóvel financiado, em caso de morte ou invalidez permanente do segurado.

CEO da Seguro 10 no debate Venda de Seguros Online da TEx

No dia 06 de abril a TEx Tekeport promove um debate com o tema ‘Venda de Seguros Online: o corretor está preparado?’. O sócio e CEO da TEx, Emir Zanatto e o diretor Comercial da TEx, Felipe Ceitlin, recebem o CEO da Insurtech Seguro 10 e do Mentor do

Corretor, Richard Furck, que vão falar sobre a venda de seguros no ambiente digital e o que pode ser feito para alavancar as vendas. Para participar, é só acessar o link <https://conteudo.textecnologia.com.br/live-06-04-venda-online-de-seguros-o-corretor-esta-preparado>

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

CBO HOLDING S.A.

CNPJ Nº 14.882.295/0001-81 - NIRE 33.3.0030510-6

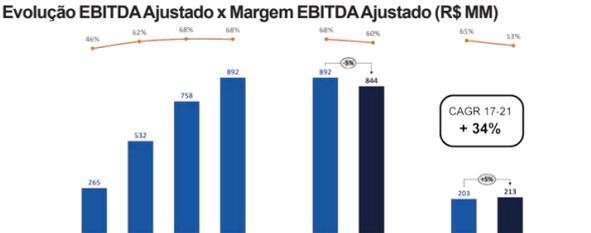
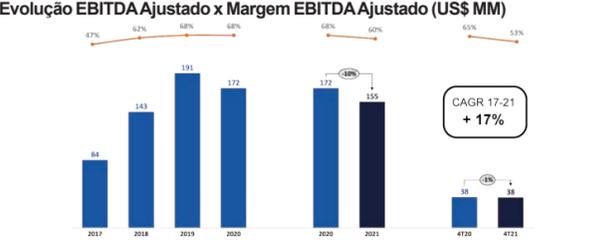
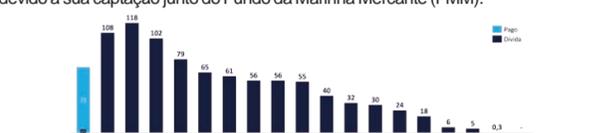


Table with 5 columns: Divida Líquida (US\$ mil), 2021, 2020, Δ US\$, Δ %.

*O Grupo CBO mantém aplicações restritas para garantia de cartas de fianças e empréstimos. Apesar de restritas, essas aplicações não inibem o direito da Companhia de resgate, caso necessário, mediante alteração ou troca de fianças.



O Grupo CBO possui empréstimos bancários com garantia que contém cláusulas contratuais restritivas ("covenants"). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que o Grupo CBO pague os empréstimos antes da data de vencimento contratual.



Demonstração de Resultado (US\$)

Table with 6 columns: DRE (US\$ mil), 4T21, 4T20, Δ %, 2021, 2020, Δ %.

Balanco Patrimonial Consolidado (US\$)

Table with 4 columns: BP Consolidado (US\$ mil), 2021, 2020, Δ %.

Fluxo de Caixa Consolidado (US\$)

Table with 7 columns: DFC Consolidado (US\$ mil), 4T21, 4T20, Δ %, 2021, 2020, Δ %.

Aumento (redução) nos passivos:

Table with 7 columns: Descrição, 4T21, 4T20, Δ %, 2021, 2020, Δ %.

Aumento (redução) nos ativos:

Table with 7 columns: Descrição, 4T21, 4T20, Δ %, 2021, 2020, Δ %.

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos

Table with 7 columns: Descrição, 4T21, 4T20, Δ %, 2021, 2020, Δ %.

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos

Table with 7 columns: Descrição, 4T21, 4T20, Δ %, 2021, 2020, Δ %.

Demonstração de Resultado (R\$)

Table with 7 columns: DRE (R\$ mil), 4T21, 4T20, Δ %, 2021, 2020, Δ %.

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$)

Table with 4 columns: BP Consolidado (R\$ mil), 2021, 2020, Δ %.

Fluxo de Caixa Consolidado (R\$)

Table with 7 columns: DFC Consolidado (R\$ mil), 4T21, 4T20, Δ %, 2021, 2020, Δ %.



CBO HOLDING S.A.

CNPJ Nº 14.882.295/0001-81 - NIRE 33.3.0030510-6



Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de Reais. Table with columns for Nota, Controladora, Consolidado, and rows for Ativo (Circulante, Não circulante) and Passivo e patrimônio líquido (Circulante, Não circulante).

Demonstrações dos fluxos de caixa - Períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de Reais. Table showing cash flows for Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais and Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos e Financiamentos.

Demonstrações do resultado - Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de Reais. Table showing income statement items like Receitas operacionais, Lucro operacional, and Resultado financeiro.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de Reais. Table showing comprehensive income items like Lucro líquido do exercício, Resultados abrangentes, and Valor adicionado.

Demonstrações do valor adicionado - Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de Reais. Table showing value added components like Receitas, Insumos adquiridos de terceiros, and Valor adicionado.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de Reais. Table showing changes in equity components like Capital social, Reservas, and Prejuízos acumulados.

1. Contexto operacional. A CBO Holding S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM") sob o nº 23620 na categoria A que, consonte a Instrução CVM nº 480/2009 de 7 de dezembro de 2009 está autorizada a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários. A Companhia foi constituída em novembro de 2011. Sua sede está localizada na Av. do Contorno, nº 2, - Barreto - Niterói - RJ, CEP: 24.110-200. As principais atividades da Companhia e suas controladas (em conjunto, "Grupo CBO") são divididas em três segmentos: i) apoio marítimo, cuja operação principal é afretamento de embarcações à indústria offshore de óleo e gás, ii) estaleiro e prestação de serviços de manutenção/reparo e iii) logística integrada, cuja operação principal é a gestão e operacionalização de toda a cadeia de suprimentos para as unidades marítimas, integrando logística offshore, armazenamento onshore e transporte terrestre de cargas e suprimentos. A Companhia tem como objeto social a participação, em outras empresas que atuem nos segmentos de prestação de serviços de apoio marítimo, logística integrada e estaleiro para a prestação de serviços de reparo e manutenção de embarcações, tais como a locação de equipamentos marítimos e a prestação de serviços de consultoria e operacionais destinados à indústria de óleo e gás, no Brasil e no exterior. A emissão dessas informações contábeis financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 7 de março de 2022. 1.1. Capital circulante líquido. Em dezembro de 2021, o

Grupo CBO apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 313.508 (em 31 de dezembro de 2020, foi negativo em R\$ 3.222), o Grupo CBO teve uma geração de caixa operacional líquido no montante de R\$ 634.025, demonstrando a capacidade em gerar caixa em suas operações. As entradas no fluxo caixa do Grupo CBO decorrem, substancialmente, das receitas geradas pelos contratos de longo prazo. Dessa forma, considerando os contratos firmados para os próximos anos, é esperado que o fluxo de caixa operacional líquido se mantenha para os próximos períodos. O Grupo CBO preparou estas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade operacional e julga adequada essa conclusão e baseada nos contratos firmados. 1.2. Impactos da Covid-19. A Companhia continua monitorando, de forma qualitativa e quantitativa, os principais fatores de riscos econômico-financeiros ou operacionais causados pela pandemia de Covid-19 que pudessem refletir diretamente ou indiretamente nas suas demonstrações financeiras. A atividade de apoio offshore por ser necessária à atividade de produção de petróleo é classificada como um serviço essencial para a sociedade, conforme redação dada pelo Decreto Federal nº 10.292/2020 - Art. 1º, inciso XXVII e, portanto, as atividades operacionais da Companhia não foram interrompidas. Os principais assuntos de monitoramento são (i) segurança e saúde; (ii) operações, (iii) financeira e (iv) contábil. Para cada uma dessas quatro esferas, a Companhia mantém esse monitoramento sobre as medidas e ações preventivas. 1.3. Atividades operacionais das controladas diretas e indiretas da companhia

-RJ. Durante o ano de 2020, foi revertido parcialmente o montante de R\$ 15.578 de impairment, devido a venda do Estaleiro Oceana. O valor acumulado de redução ao valor recuperável de ativos do segmento estaleiro em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 66.577 (R\$ 35.566 em 2020). O método de avaliação para determinação do valor justo foi baseado em informações observáveis pelo mercado para os ativos imobilizados, de acordo com a norma técnica ABNT 14.653, atingindo o grau 2 de fundamentação. Além disso, foi calculado o valor líquido de despesas de venda, subtraindo as despesas com a corretagem dos ativos. O laudo para avaliação do valor de mercado líquido de despesas de venda dos referidos ativos apresentou, também, vida útil estimada de benfeitorias e edificações. A Administração avaliou tais informações e concluiu que as vidas úteis apresentadas no laudo são muito próximas das vidas úteis já utilizadas pelo Grupo CBO para a depreciação dos referidos ativos, mantendo as vidas úteis já utilizadas anteriormente e descritas na nota 2.14. 1.8. Avaliação dos ativos - Apoio marítimo e logística integrada. Em 2020, surgiram novas perspectivas de mercado. Houve uma redução significativa no preço do barril de petróleo, ocasionada pela queda na demanda, que gerou debates relacionados a contratos vigentes com clientes, bem como contratos potenciais que hoje constam no fluxo de recebíveis futuros. A Companhia e suas controladas consideraram esse evento como uma indicação de que seus ativos poderiam ter sofrido desvalorização de forma qualitativa e quantitativa. Assim, a Administração utilizou como método de avaliação do valor em uso das embarcações por meio do fluxo de caixa descontado, em que foram observadas informações disponíveis no mercado para suportar as premissas utilizadas para o cálculo do valor presente do fluxo de caixa futuro das embarcações. Em 2020, para a avaliação dos ativos do segmento de apoio marítimo, o Grupo CBO reconheceu um impairment complementar no período de R\$ 44.604, resultando em um montante acumulado de R\$ 51.692. Além disso, houve o ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 1.251. No exercício de 2021, houve uma variação significativa no preço do barril de petróleo, ocasionada pela queda na produção, potenciais conflitos geopolíticos e agenda de desinvestimento no Brasil, considerando o cenário de eleições. O setor de embarcações de apoio marítimo apresentou uma retomada no crescimento. Foram mais de 30 contratos assinados, colocando quase 100% da frota em operação nos próximos anos. A Companhia e suas controladas, então, consideraram esse evento como uma indicação de que seus ativos poderiam ter sofrido variação em seus fluxos de caixa de forma qualitativa e quantitativa. Assim, a Administração utilizou como método de avaliação do valor em uso das embarcações por meio do fluxo de caixa descontado, em que foram observadas informações disponíveis no mercado para suportar as premissas utilizadas para o cálculo do valor presente do fluxo de caixa futuro das embarcações. Os fluxos de caixa futuros possuem premissas (apresentadas em termos reais) que afetam as estimativas utilizadas para projeções, sendo elas as seguintes: • Taxa de câmbio; • Taxa de desconto (6,42%); • Período de projeção de 31/12/2021 à 31/12/2045. • Premissas de mercado de apoio marítimo: (a) Daily rate. (b) Taxa ocupação. Em 2021, a avaliação dos ativos do segmento de apoio marítimo, o Grupo CBO reconheceu uma reversão de impairment no período de R\$ 9.550, resultando em um montante acumulado de R\$ 42.142. 1.9. Compra da Finarge Apoio Marítimo Ltda. e das embarcações da Finarge Armamento Genovese. Em 09 de setembro de 2021, o Grupo CBO adquiriu da Finarge Armamento Genovese ("Finarge Itália") 100% das ações de sua controlada Finarge Apoio Marítimo LTDA. ("Finarge") através da CBO Holding S.A. e 3 de suas embarcações, A.H. Camogli, A.H. Varazze e A.H. Valletta e a opção de adquirir a embarcação A.H. Ligúria, foram adquiridas através da empresa norueguesa CBO Shipholding AS. Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Finarge, estão incluídos inputs (embarcação e contratos com clientes), processos de prestação do serviço e força de trabalho organizada. O Grupo determinou que, juntos, os inputs e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (outputs). O Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio. Em relação às aquisições das três embarcações, A.H. Camogli, A.H. Varazze e A.H. Valletta, feita diretamente da Finarge Itália por meio da controlada CBO Shipholding AS, o grupo concluiu se tratar de compras de ativos, a serem tratadas separadamente da combinação de negócios da Finarge. Adicionalmente, com o término da transação o Grupo CBO passou a possuir a opção de compra da embarcação A.H. Ligúria em 2023. Atualmente, esta embarcação está sendo arrendada pela controlada Finarge, controlizada sob o escopo da IFRS 16/CPH 06 (R2), ou seja, a embarcação já está registrada no ativo imobilizado do Grupo CBO. A conclusão dessa transação ocorreu de forma separada, onde a compra da Finarge Apoio Ltda. foi considerada uma combinação de negócios e a compra das embarcações foram tratadas como compra de ativos e reconhecidas pelo seu valor de custo. A aquisição da Finarge e das embarcações permitirá ao Grupo aumentar a sua frota de embarcações AHTS, se consolidando como a segunda empresa do setor no Brasil. O Grupo também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala. Com a conclusão desta transação, a Companhia passou a ter 14 (quatorze) embarcações do tipo AHTS em operação no Brasil e assumiu os contratos já firmados com a Petrobras para 4 (quatro) embarcações adquiridas, que variam de 2 (dois) a 4 (quatro) anos. 1.9.1. Contraprestação transferida. A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida. Em milhares de reais

Table with 4 columns: Empresa, Participação no capital, Principais atividades, Segmento. Lists various subsidiaries like Companhia Brasileira de Offshore S.A., Aliança S.A., and CBO Shipholding AS.

Table showing acquisition details for 1.9.2. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos com a compra da Finarge. Lists items like Caixa (108.000), Contraprestação contingente (31.511), etc.

1.4. Atividades do segmento estaleiro. O estaleiro Aliança se dedica a duas atividades: (i) conversões, reparos e manutenção da frota, e (ii) operação de base de apoio para navegação de offshore. Em 5 de outubro de 2020, a controlada direta Aliança S.A. Indústria Naval e Empresa de Navegação ("Aliança") concluiu a transação de alienação de dois ativos que compõem o estaleiro Oceana, localizado na cidade de Itajaí (SC) à ThyssenKrupp Marine Systems do Brasil Indústria e Comércio Ltda., empresa líder da sociedade de propósito específico responsável pela construção de quatro fragatas para a Marinha do Brasil. O Contrato de Compra e Venda de Ativos foi assinado em 9 de maio de 2020, com aprovação do Cade ("Conselho Administrativo de Defesa Econômica") em junho de 2020. Com a venda do estaleiro Oceana, localizado em Itajaí (SC), o principal ativo da Companhia atualmente é composto apenas pelo estaleiro localizado na cidade de Niterói (RJ). 1.5. Atividade do segmento apoio marítimo. A principal atividade operacional do segmento de apoio marítimo é oriunda do afretamento de embarcações e prestação de serviços marítimos de apoio. 1.6. Atividade do segmento logística integrada. O segmento de logística integrada teve o início de suas atividades em 13 de abril de 2021 e o seu primeiro contrato tem duração prevista até fevereiro de 2024. Inicialmente, abrange duas sondas (SS-75 Ocean Courage e NS-45 Brava Star). O Segmento de Logística Integrada prevê soluções com gestão e operacionalização de toda a cadeia de suprimentos para as unidades marítimas, integrando logística offshore, armazenamento onshore e transporte terrestre de cargas e suprimentos. 1.7. Avaliação dos ativos - Segmento estaleiro. Seguindo o mesmo procedimento dos anos anteriores, a Administração do Grupo CBO contratou uma empresa avaliadora e identificou a necessidade de constituição de complemento do impairment na Aliança S.A. de R\$ 31.012 no exercício, para os ativos localizados em Niterói-RJ e Guaxindiba-

Table showing acquisition details for 1.9.2. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos com a compra da Finarge. Lists items like Caixa (108.000), Contraprestação contingente (31.511), etc.

**CBO HOLDING S.A.**

CNPJ Nº 14.882.295/0001-81 - NIRE 33.3.0030510-6



da Administração da Companhia, e apresentadas como informação complementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores.** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos

de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Rio de Janeiro, 08 de março de 2022
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Anderson C. V. Dutra - Contador CRC RJ- 093231/O-6

Três perguntas: a economia brasileira e a guerra na Ucrânia

Por Jorge Priori

Passado pouco mais de um mês, o conflito entre Rússia e Ucrânia segue sendo travado, ao contrário dos prognósticos iniciais de que a guerra teria uma duração de poucos dias, tamanha é a disparidade entre os poderios militares entre os dois países. Com o seu prolongamento, seguem os impactos nos mercados internacionais e as sanções econômicas impostas contra a Rússia. Conversamos com Márcio Coimbra, presidente da Fundação da Liberdade Econômica e coordenador da pós-graduação em Relações Institucionais e Governamentais da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, sobre os impactos da guerra na economia brasileira.

A Rússia é o 2º maior exportador de petróleo do mundo e o maior exportador de gás. Caso a guerra se prolongue por mais tempo, o que o Brasil pode fazer para remediar os impactos na sua economia?

O Brasil e a Europa sofrem efeitos diferentes. O Brasil sofre com os efeitos internacionais referentes à questão do petróleo. A Europa, além dos efeitos

do petróleo, sofre com os efeitos do gás utilizado no aquecimento de suas populações. Agora, o petróleo, por ser uma commodity, está numa cadeia de valor que afeta diretamente o Brasil, que é um país muito dependente das importações.

Se o Brasil tivesse uma economia forte que produzisse localmente, sem que precisássemos ser tão dependentes das importações, e um setor privado mais dinâmico e robusto, nós conseguiríamos fazer frente a tempos mais definidos, incluindo tempos altamente tensos como os gerados por essa guerra. Nesse caso, se houvesse uma guerra de dois ou seis meses, nós teríamos condições de manobrar e preservar a nossa economia diante dessa volatilidade internacional.

Contudo, como o Brasil passou por um processo de desindustrialização nos últimos tempos, ao invés de passar por um processo de industrialização, nós estamos mais dependentes da volatilidade internacional.

Desde o início da guerra na Ucrânia, as expectativas do mercado financeiro para o IPCA passaram de 5,60% para 6,86% e para a Selic de 12,25% para 13%. Como a

economia brasileira pode responder tão rápido aos efeitos de um evento que não possui relação direta com o país?

A economia brasileira não é integrada às cadeias globais de valor, mas ela é dependente em pontos estratégicos das importações. Por conta disso, nós dependemos muito dos preços internacionais e acabamos numa posição muito volátil, o que faz o Brasil sempre estar suscetível às mudanças de preços nos produtos. Isso leva ao aumento da inflação e ao aumento dos juros.

Toda essa situação é consequência das reformas que o Brasil precisa, mas que não foram feitas, como a reforma tributária e trabalhista. Quem mais avançou nesse terreno foi o Governo Temer, mas nós não vimos o aprofundamento desse tema. Somente com as reformas, o Brasil poderá baixar sua taxa de juros.

A Selic é uma das bases do real, segurando a inflação através do desestímulo ao consumo. O problema é que não poderíamos utilizar esse mecanismo por muito tempo, mas isso está sendo feito há quase 30 anos. Esse mecanismo deveria ser utilizado para controlar a inflação em situações temporárias, e não numa situação permanente. Isso se tornou

uma política de Estado em todos os governos. Nenhum deles quis fazer as reformas que precisam passar no congresso para baixar a taxa de juros e fazer a nossa economia caminhar de forma virtuosa.

Quando o Brasil enfrenta uma crise internacional, ele poderia elevar a taxa de juros, mas como isso se transformou num instrumento normal e cotidiano, isso não é mais suficiente para conter o problema. Eu costumo dizer que a taxa de juros é a febre e que se fizermos as reformas, nós vamos tratar da doença. Enquanto a doença não for tratada, você vai manter o paciente vivo, mas controlando a febre, nesse caso através da taxa de juros. Não é possível viver assim pelo resto das nossas vidas.

Com a pandemia, o Brasil se deparou com o problema dos respiradores que não fabricava e que tinham que ser importados. Com a guerra na Ucrânia, o Brasil se deparou com o problema da importação dos fertilizantes produzidos pela Rússia. Na sua opinião, o Brasil possui visão estratégica?

Por ter problemas tão prementes e não conseguir ter uma política consolida-

da, o Brasil não consegue desenvolver planos estratégicos de médio e longo prazo. Aqui se trabalha com planos de curto prazo. A questão dos fertilizantes e dos respiradores mostra que o país sempre pensa no dia de amanhã, na próxima eleição, e não na próxima geração. Países como Coreia do Sul, Austrália e Chile conseguiram fazer esse planejamento e passaram a trabalhar visando o longo prazo.

Quando se pensa apenas na próxima eleição, não se pensa estrategicamente. Nós não temos uma agenda crítica do que será feito nos próximos 5, 10, 20 anos. O Brasil não planeja. Talvez a última vez que tenhamos feito algum planejamento foi no Governo FHC com as privatizações, quando elas foram preparadas e realizadas nos seus dois mandatos, e com a criação das agências reguladoras, quando passamos de um modelo interventor para um modelo regulador, sem que se entrasse num modelo liberal. Isso foi muito bem desenhado e é um exemplo do que podemos fazer planejando o futuro.

Desde então, nós só tivemos governos que trabalharam com o caos presente, sem que se planejasse o futuro. A quantidade de obras

não terminadas e superfaturadas é assustadora. Isso também pode ser visto pela presença do Estado na economia. Dessa forma, nós nunca vamos conseguir planejar o longo prazo e avançarmos com uma economia sadia. Nós não temos um desenho do tipo de país que nós queremos.

Nós vivemos em uma guerra entre dois grupos, sendo que o terceiro parece não ter aderência na sociedade. Isso é muito ruim para o país, pois nós não temos o mínimo de convergência entre situação e oposição em temas essenciais para o desenvolvimento do Brasil. Todas as grandes nações conseguem convergências ao centro em assuntos específicos.

O Brasil precisa fazer uma transição para um modelo mais racional onde possamos fazer investimentos e pensarmos o país no longo prazo. Por exemplo, pensarmos na produção de insumos para vacinas, que já foram produzidos pelo Brasil no passado, mas que hoje são importados da China e da Índia. Como o Brasil não consegue fazer isso, continua sendo um país pobre, com um mercado interno pobre e uma iniciativa privada muito acanhada em relação ao resto do mundo.

FIQUE ATENTO, E JUNTOS VAMOS LUTAR CONTRA O CORONAVÍRUS.

MINOTAURO, LUTADOR

O coronavírus chegou ao Brasil. Vamos ficar atentos, mas tranquilos. Informação e boa higiene são as melhores formas de se prevenir do vírus e proteger sua família



ESCANEE COM A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA INFORMAÇÕES ATUALIZADAS.

SAIBA MAIS EM SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS OU PELO APP CORONAVIRUS - SUS

CORONAVÍRUS
(COVID-19)

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES.

DISQUE SAÚDE
136

APOIO DESTA VEÍCULO

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

23. Receitas (despesas) financeiras: São compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	270	377
Juros e multas vinculadas à operação	885	728
Outras	-	3
Total	1.155	1.108
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(1.480)	(1.568)
Juros capitalizados	636	223
Juros de mútuo	-	(28)
Varição monetária sobre contingências	(195)	-
Tributos sobre operações financeiras	(67)	(69)
Descontos concedidos	(124)	(44)
Operações com derivativos	-	-
Outras	(371)	(386)
Total	(1.601)	(1.872)

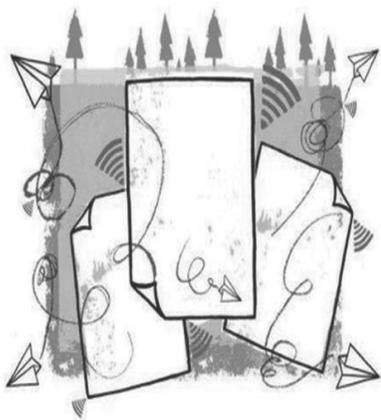
24. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil administradores-D&O	27/09/2021 a 27/09/2022	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2022 a 17/01/2023	10.000
Riscos operacionais	17/01/2022 a 17/01/2023	65.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2021 a 31/12/2022	82.103
Riscos ambientais	22/12/2021 a 22/12/2022	5.000
Garantia de concessão	01/01/2022 a 01/01/2023	604
Seguro garantia (performance bond)	05/01/2022 a 05/01/2023	6.568
Seguro de veículos	17/10/2021 a 17/10/2022	100
Garantia judicial	2021 a 2024	20.874

Gabriel Roberti - Diretor; Thiago Contage Damaceno - Diretor
 Contadora: Gabriela Ferreira Nunes Alves
 CRC/RJ 100510/O-9-CPF: 080.376.027-29

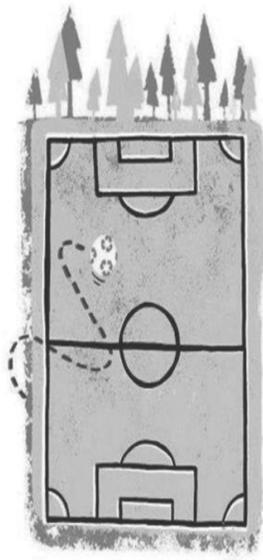
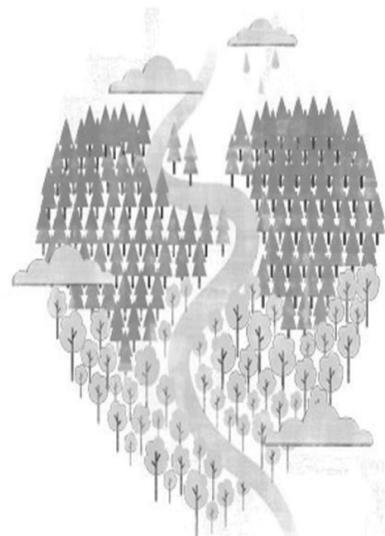
Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações financeiras: Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da Águas das Agulhas Negras S.A. Resende-RJ. **Opinião:** Examinamos as Demonstrações financeiras da Águas das Agulhas Negras S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Águas das Agulhas Negras S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As Demonstrações financeiras da Águas das Agulhas Negras S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 5 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas Demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de março de 2022. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2S-P015199/O-6; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O-4

Você sabia...



O papel é sustentável, reciclável, biodegradável. No Brasil se recicla 67% do papel consumido¹.

Fabricar papel não prejudica matas nativas. No Brasil, 100% do papel fabricado vem de árvores plantadas para esse fim².



Todos os dias, no Brasil, são plantados o equivalente a cerca de 500 novos campos de futebol de florestas para a produção de papel e outros produtos².

O Brasil tem 7,8 milhões de hectares de florestas plantadas. As indústrias que usam essas árvores conservam outros 5,6 milhões de hectares de matas nativas².



Há ótimas razões para você #AmarPapel
 Descubra mais em twosides.org.br



Acesse www.twosides.org.br e descubra porque imprimir é sustentável!

¹ANAP, 2018 - ²IBÁ, 2018

ASSIST

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

www.assist.org.br CNPJ Nº 29.167.970/0001-68

Varição nos ativos e passivos operacionais
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais

	2021	Exercícios 2020
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	-3.612.183,66	-10.741.876,17
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	-3.064.773,66	470.479,59
CAIXA GERADO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	318.417,75	49.199,48

16. Impactos da COVID-19: É cediço que, desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (causada pelo vírus SARS-COV-2 ou novo Coronavírus), tendo sido reconhecida e classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS (que, por sua vez, ainda mantém tal classificação). Ainda se observa que as variadas repercussões e consequências vão além da crise na saúde pública, dos fatos e registros de infectados, curados e dos lamentáveis e tristes registros de óbitos, considerando que também a economia do país continua sofrendo perdas e, com isso, toda a sociedade vem vivendo este impacto/prejuízo até o presente momento. Sabido é também que pessoas perderam seus entes queridos (parentes e familiares, amigos, vizinhos) empregos, trabalhos, moradias. Enfim, todos tiveram e ainda estão criando formas e alternativas de sobreviver a esta pandemia. A ASSIST também sentiu (como ainda sente diante da permanência do quadro sanitário, mesmo em menor escala) o reflexo desta crise em suas atividades associativas, pois a maioria de suas atividades era realizada na modalidade presencial e a disponibilidade das assistências não poderiam (e ainda não podem) ser interrompidas. Neste contexto, a ASSIST mobilizou, desde aquela época, toda sua estrutura para continuar cumprindo com as finalidades associativas com os benefícios sendo disponibilizados na forma presencial na observância do estrito atendimento de todas as recomendações das medidas sanitárias bem como com o atendimento das normas das Autoridades Públicas e, também, na forma virtual. Apesar de não fazer parte do rol taxativo de cobertura a internação/atendimento hospitalar e/ou em ambiente hospitalar (PA, PS, CTI e UTI), posto ser o rol taxativo (e não exemplificativo), desde sua gênese, de cobertura do Benefício Coletivo Médico disponibilizado, sem precificação, pela ASSIST exclusivamente AMBULATORIAL e ANTERIOR à Lei nº 9.656/98, cadastrado no SCPA da ANS e a ASSIST não ter sido impactada com este tipo de atendimento, a Associação foi atingida com outros impactos, como, por exemplo, nas consultas, exames e procedimentos previstos, o aumento considerável de utilização na Assistência Funeral, no Benefício Jurídico, no Benefício Serviço Social etc. Mesmo diante desse cenário, a Entidade tem mantido suas relações e honrando seus compromissos com seus colaboradores internos e externos, parceiros

etc. Por precaução, a ASSIST criou novas formas alternativas para não interromper a disponibilidade de seus Benefícios e Programas. As atividades Associativas não pararam, mesmo com a pandemia, pois a Beneficência colocada à disposição do Quadro Associativo tem que ser voltada ao cumprimento das finalidades associativas, estando estas vinculadas aos direitos sociais, para ações solidárias, para a prática de atividades de assistência social, sendo este o momento em que a sociedade está necessitando de assistência, pois os efeitos produzidos pelas ações de combate à disseminação da doença atingiram também a economia do país, causando instabilidade e insegurança nas relações, desemprego, alteração nas modalidades de trabalho e emprego etc. Mesmo assim, a ASSIST não deixou de exercer seu papel como Entidade do 3º Setor, de utilidade pública e de representatividade e presentatividade de todos os seus membros formadores da pessoa jurídica e não só de seus filiados dirigentes e todo seu Quadro Associativo, tendo continuado com a disponibilidade da Beneficência, conseguindo atender, nos limites de suas finalidades associativas e rol de cobertura de seus Benefícios, às necessidades de seus Filiados e respectivos Beneficiários. Hodiernamente, a ASSIST, apesar de ter dado continuidade a algumas atividades virtuais criadas em razão do momento pandêmico, já retornou às atividades presenciais, inclusive atendimento em sua Sede e execução das atividades associativas bem como realização de seus Programas de Projetos Sociais.

17. Teste de Adequação do Passivo - TAP: A entidade não realizou o Teste de Adequação do Passivo - TAP conforme exigido pela RN nº 435/2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS pois não é enquadrada como Empresa (Associação) de Grande Porte.

18. Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações - PIC: A entidade iniciou a observância a partir de janeiro de 2021 da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações PIC, conforme exigido pela RN nº 442/2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, não sendo portanto apurado valor a ser contabilizado.

19. Capital Regulatório: O Capital Regulatório é o limite mínimo do patrimônio líquido ajustado que a entidade deve reservar para mitigar a possibilidade de sua insolvência. A partir da publicação da RN nº 451 de 06 de março de 2020, a entidade pode optar pelo novo modelo de Capital Regulatório, que é calculado a partir do seu próprio risco, ou permanecer no atual modelo de margem de solvência, que leva em consideração apenas seu volume de contraprestações e eventos. A exemplo de 2020, para o exercício de 2021, a entidade optou em permanecer no atual modelo de margem de solvência, o qual é suficiente para atender as exigências vigentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Geraldo da Costa Leite
Diretor-Presidente

Maria Fernanda da Silva Souza
Téc. Contabilidade - CRC RJ 115615/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Associados da ASSIST - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da ASSIST - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSIST - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme Nota Explicativa nº 10.2, existe uma incerteza quanto às obrigações do Ressarcimento ao SUS e Multas Administrativas da ANS, que estão em discussão judicial e não vem sendo reconhecidas contabilmente pela entidade, com base no entendimento de seus assessores jurídicos, que tais questões são contingências de possível perda. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:** A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 04 de março de 2022.

GRUNTZYK - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.552/O-5 S/RJ - CVM 7862
CHARLES ANDRÉ ROVIGO - CRC PR-042.964/O-6 S/RJ.

PARECER ATUARIAL SOBRE AS PROVISÕES TÉCNICAS CONSTANTES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - RJ. 1- Examinamos as demonstrações financeiras da Operadora Associação dos Servidores Municipais, Estaduais e Federais do Rio de Janeiro, CNPJ 29.167.970/0001-68, Registro na ANS 30.902-8, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendidas por: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. Nossa responsabilidade é de validar os valores das provisões técnicas atuariais contidas nessas demonstrações financeiras, calculadas com base em Nota Técnica Atuarial de Provisão - NTAP, em cumprimento ao anexo I, capítulo I, item 6.3.11 da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nº 435/18 e suas alterações. 2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Técnicas Atuariais aplicáveis à Operadora, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e ANS, restritos a: (a) avaliação dos procedimentos atuariais; e (b)

análise do cumprimento da Resolução Normativa da ANS nº 393/15 e suas alterações, no que tange à constituição das provisões técnicas consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP. 3- A Operadora possui Nota Técnica Atuarial de Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) - Outros Prestadores comunicada à ANS por meio da documentação enviada em 24/03/2016. O montante integral apurado em 31 de dezembro de 2021 para a PEONA é de R\$ 839.252,19. 4- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente o registro do valor da provisão técnica: Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) - Outros Prestadores calculado e informado à Operadora. Belo Horizonte, 14 de março de 2022.
Beatriz Resende Rios da Mata - MIBA 1.474
Plural Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda. - CIBA 83



Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

BAOVALE MINERAÇÃO S.A.

CNPJ nº 04.660.182/0001-88

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas Baovale Mineração S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Baovale Mineração S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baovale Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras,

a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador
CRC 1RJ081115/O-4

R\$ 106 milhões pela primeira privatização de portos no Brasil

Venda inclui concessão por 35 anos dos portos de Vitória e Barra do Riacho

O fundo de investimentos Shelf 119 Multiestratégia, da gestora Quadra Capital, representado pela Necton Investimentos, venceu o leilão de privatização (venda da empresa portuária + concessão dos ativos) da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), realizado nesta quarta-feira, na B3 em São Paulo. Esta foi a primeira privatização portuária do Brasil.

O grupo apresentou proposta de R\$ 106 milhões em outorga inicial, com o compromisso de adquirir por R\$ 326 milhões as ações da companhia, além de pagar R\$ 186 milhões em 25 outorgas anuais e investir R\$ 855 milhões no prazo de 35 anos. A modelagem inédita no Brasil foi estruturada pela Fábrica de Projetos do BNDES em apoio ao Ministério da Infraestrutura.

Nesse modelo, os portos seguem como ativos da União, mas passam a ser inclusos em um contrato de concessão junto à agora privatizada Codesa. O modelo preserva a titularidade do patrimônio público e as prerrogativas do Ministério da Infraestrutura em relação ao planejamento portuário de longo prazo, mas viabilizará um aporte inédito de investimentos privados para a modernização do complexo portuário, além de estabelecer um novo modelo de governança e práticas de mercado na gestão de contratos junto a terminais, armadores e demais usuários.

Presente na cerimônia, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, destacou o papel do Banco na construção deste novo mercado. "Estamos presenciando hoje a inauguração de um novo horizonte de investimentos que se abre ao Brasil", declarou.

Leilão

A disputa entre o Consórcio Beira Mar e o Fip Shelf 119 Multiestratégia foi considerada pelo banco de fomen-

to bastante acirrada. Abertos os envelopes com as propostas iniciais, o regulamento previa a disputa viva-voz, com a possibilidade de novas ofertas superiores aos R\$ 100 mil reais do Consórcio Beira Mar. A partir daí, sucederam-se mais de 41 propostas entre as duas concorrentes até que a Fip Shelf 119, enfim, arrematasse a Codesa. Para se ter ideia da valorização do lance pela outorga ao longo da disputa, o Fip Shelf, que venceu a licitação com a oferta de R\$ 106 milhões.

A estruturação foi desenvolvida pela Fábrica de Projetos do BNDES, em suporte ao Ministério da Infraestrutura. O modelo agrega a venda da companhia estatal associada à concessão, por 35 anos, dos portos de Vitória e Barra do Riacho. De acordo com o diretor de Concessões e Privatizações do Banco, Fábio Abrahão, toda a modelagem foi pautada em três premissas para a melhoria operacional: redução de custos, crescimento de movimentação e a adoção de um modelo mais flexível para a gestão e o planejamento dos portos.

"O modelo de gestão regulado no contrato de concessão, muito mais flexível, vai atender mais rapidamente às demandas das cadeias produtivas da área de influência dos portos. O concessionário terá um papel fundamental para desenvolver o futuro dos portos organizados, com protagonismo em relação ao planejamento e à atração de novos investimentos. Tudo isso com redução nas tarifas vigentes e mais de R\$ 850 milhões em investimentos. Esse é o peso do custo Brasil que estamos começando a tirar da cadeia logística nacional, com reflexos em todo o setor produtivo", afirmou Abrahão.

"Daqui a 4 ou 5 anos, quando estes projetos agora contratados começarem a se materializar, a sociedade vai perceber que a gente passa pela maior revolução de infraestrutura da nossa história", acredita o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.



sio de Freitas.

O modelo chamado de *Private Landlord* oferece ao novo administrador do porto autonomia para negociação junto a terminais e demais clientes, mas ainda sob a regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O planejamento do porto poderá ser revisto e proposto diretamente pelo novo administrador, mas deverá passar

pelo crivo do Ministério da Infraestrutura. O contrato também estabelece tarifa-teto com limites máximos de dispersão para acessos aquaviário e terrestre e supervisão sobre demais tarifas, além de mediação da agência em caso de discordância entre as partes.

Investimentos

Sobre os investimentos

previstos, o novo proprietário deve aportar R\$ 55 milhões na recuperação estrutural de todo o complexo, R\$ 34 milhões na recuperação dos berços do Terminal Peiú e de São Torquato e mais de R\$ 270 milhões na modernização do canal de acesso. Também estão previstos R\$ 10 milhões como contrapartida na reforma de armazéns e em melhorias urbanas no

acesso ao porto.

A desestatização também prevê a vedação de desligamentos do atual quadro de funcionários (sem justa causa) por 12 meses e apresentação de um Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). Os empregados e aposentados da Codesa poderão adquirir até 10% das ações vendidas pela União (cerca de R\$ 32,6 milhões).

Trojan é o principal malware detectado no Brasil

O trojan foi a principal categoria de malware utilizada pelos cibercriminosos nos primeiros 80 dias deste ano, segundo dados do dfndr enterprise, solução de cibersegurança da PSafe, que registrou mais de 2.6 milhões de bloqueios deste malware no período entre 1º de janeiro e 21 de março. Em segundo lugar, aparecem os aplicativos falsos, com mais de 2 milhões de detecções no mesmo período.

"Apesar de ser um software que às vezes pode atuar como um programa legítimo, o trojan pode roubar informações, causar danos ao sistema ou dados e

permitir acesso remoto ao dispositivo da vítima. Não é por acaso que ele aparece em primeiro lugar no nosso ranking, tendo em vista também que o ataque ransomware, cada vez mais utilizado por cibercriminosos para 'sequestrar' dados das empresas, com uma média global de 20 tentativas por segundo, está incluso nessa categoria", analisa o CEO da PSafe, Marco DeMello.

Ainda segundo ele, "o grau de comprometimento do sistema vai depender da intenção do cibercriminoso, que tem entre suas possibilidades invadir, comprometer, ficar no controle ou desabilitar dispositivos. Por isso, malwares têm sido cada vez

mais utilizados pelos cibercriminosos, tanto que entre janeiro e fevereiro deste ano o dfndr enterprise registrou mais de 7 milhões de bloqueios, o que corresponde a mais de 118 mil tentativas de ataque por malware por dia e quase 5 mil por hora."

Os malwares costumam chegar como arquivos via e-mail, falsas atualizações e até mesmo aplicativos falsos, que podem estar disponíveis inclusive em lojas de aplicativos oficiais. Por causa dos constantes vazamentos de dados, os cibercriminosos têm conseguido cada vez personalizar mais os golpes e, desta forma, atingir um número maior de vítimas.

Pelo alto poder lucrativo, malwares como os ransomwares têm sido cada vez mais explorados pelos cibercriminosos e direcionados a empresas de qualquer porte.

"Eu sempre friso que pequenas e médias empresas que acharem que não são alvo estão completamente equivocadas. Hoje, os cibercriminosos não veem tamanho, eles têm um exército de robôs trabalhando dia e noite tentando acertar seus alvos. Mesmo que façam milhares de tentativas e apenas uma dê certo, ainda assim tiveram êxito, porque basta um acerto para comprometer todo o sistema de uma empresa", alerta Marco DeMello.

MARANATA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 12.624.319/0001-77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a sua apreciação os Balanços Patrimoniais da MARANATA PARTICIPAÇÕES S.A., levantados em 31/12/2021 e 2020, e as respectivas demonstrações de resultado das mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas.

Balanço Patrimonial realizado em 31/12/2021. ATIVO CIRCULANTE: 93.580.408,33. ATIVO NÃO CIRCULANTE: 80.377.366,72. PASSIVO CIRCULANTE: 711.443,21. PASSIVO NÃO CIRCULANTE: 166.680.836,45.

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2021. I. Receita Operacional Bruta: 5.947.397,89. II. Resultado Operacional Líquido: 12.363.128,88. III. Resultado antes do CSLL: 10.348.976,31. IV. Resultado antes do IRPJ: 9.460.990,90. V. Resultado do Exercício: 7.018.364,76.

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercício Findo em 31/12/2021. Saldo Inicial/Disponibilidade: 83.526.634,55. Atividades Operacionais: 7.018.364,76. Saldo Final/Disponibilidade: 91.435.385,09.

Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2021. Total PL: 166.227.967,08. Capital Integralizado: 34.200.000,00. Reservas Legais: 6.601.399,99.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras. 1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e as Normas e Princípios da Contabilidade geralmente aceitos.

como base os documentos e os informes fornecidos pelos bancos, independente de seu efetivo pagamentos ou recebimentos. 3. O Capital Social é de R\$100.000.000,00 dividido em 100.000.000 ações ON, totalmente subscrito e integralizado.



EnP Ecossistemas Energéticos Holding S.A.

CNPJ nº 36.720.797/0001-49

Balanço Patrimonial Levantado Em 31 de Dezembro de 2021 - Em R\$ 1. ATIVO CIRCULANTE: 30.030.144. ATIVO NÃO CIRCULANTE: 313. PASSIVO CIRCULANTE: 5.747.245. PASSIVO NÃO CIRCULANTE: 28.566.314.

Demonstração do Resultado - Levantado Em 31 de Dezembro de 2021. Receita Operacional Bruta: 485.950. Deduções: -69.248. Resultado antes do IR e CSLL: 7.243.526. Resultado Líquido Do Exercício: -975.422.

Demonstração Do Fluxo De Caixa Exercícios Levantado Em 31 De Dezembro De 2021 - Em R\$ 1. 1 Das Atividades Operacionais: 7.243.526. 2 Das Atividades de Investimentos: -6.536.165. Saldo em 31/12/2021: 37.330.000.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Levantadas em 31/12/2021. 1. Contexto Operacional: A ENP Ecossistemas Energéticos Holding S.A. foi constituída em 02 de março de 2020 como sociedade por ações de capital fechado.

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei 11.637/07 e pela Lei 11.941/09.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas - 2.2.1 Receitas e despesas - As receitas e despesas foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. 2.2.2. Disponibilidades - Incluem depósitos bancários, investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata.

2.2.3. Adiantamentos diversos - Os valores registrados no grupo adiantamento foram antecipações a fornecedores registrados no seu valor original e serão baixados até o decorrer do ano subsequente, conforme Nota Explicativa nº 4.

2.2.4. Tributos a compensar e recuperar - São créditos de tributos registrados a seu valor original na qual são conciliados periodicamente conforme Nota Explicativa nº 5.

2.2.5. Despesas Antecipadas - Estão apresentados pelo valor original e demonstrados na Nota Explicativa nº 6. 2.2.6 Realizável a Longo Prazo - Incluem créditos de longo prazo registrados ao custo histórico, conforme Nota Explicativa nº 7.

2.2.7 Investimentos - Incluem investimentos registrados ao custo histórico e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme Nota Explicativa nº 8.

2.2.8. Imobilizado - Todo o imobilizado da empresa refere-se aos bens registrados nos consórcios onde os valores apresentados refletem a participação nestes conforme Nota Explicativa nº 9.

2.2.9. Intangível - Refere-se a aquisição do direito de uso de 2 blocos de exploração conforme Nota Explicativa 10. A empresa avaliou, conforme os itens 27.7 e 27.8 da NBC TG 1000, as fontes internas e externas mínimas de informação e não identificou fatores conjunturais que levassem a redução do valor recuperável dos ativos uma vez que tanto o imobilizado quanto o intangível da empresa foi adquirido no ano.

2.2.10. Passivos circulantes - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço conforme Notas Explicativas nº1a15.

2.2.11. Passivos não circulantes - Os valores registrados nesse grupo referem-se a empréstimos tomados mais os juros, os quais foram reconhecidos pelo valor original da transação. Nota Explicativa nº 16.

2.2.12. Moeda Funcional - A moeda funcional utilizada pela entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em reais.

2.2.13. Eventos Subsequentes - A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da empresa. 2.2.14. Seguros - A empresa não possui cobertura de seguros contratados.

Caixa: 986. Bancos contas movimento: 3.397. Bancos contas movimento - consórcios: -52.457. Aplicações de liquidez imediata: 9.637.881.

5. Tributos Recuperáveis: IRRF s/aplicação financeira: 51.189. IRPJ Estimativa 2021: 1.148. CSLL Estimativa 2021: 689. Total: 341.159.

6. Despesas Antecipadas: Licença de software de interpretação e modelagem de G&G: 0. Aluguel: 47.466. Total: 47.466.

7. Realizável A Longo Prazo: referente à caução do escritório virtual. Imetame Energia Lagoa Parda: 30.515.751. EnP Paraná: 3.950.266.

8. Investimentos: Custos Exploratórios dos blocos nos consórcios (ES-T-441 e ES-T-487): 2.704.366. Custos com produção do bloco ES-T-487 no consórcio: 87.843.

9. Imobilizado: Custos em desenvolvimento do bloco ES-T-441 no consórcio: 60.584. Máquinas e Equipamentos do bloco ES-T-487 no consórcio: 221.157.

10. Intangível: Direitos de uso de 2 blocos de explorações (ES-T-441 e ES-T-487): 19.963.541. Total: 19.963.541.

11. Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo: Empréstimo Sicoob Leste Capixaba: 2.142.857. Empréstimo Sicoob Sul Serrano: 2.142.857.

12. Fornecedores: Prestadores de Serviços a pagar: 46.667. Total: 46.667.

13. Salários e Encargos Sociais: Registra o valor dos encargos sociais a pagar/recolher até 31 de dezembro de cada exercício: 17.889. Total: 17.889.

14. Impostos e Contribuições Sociais: Registra o valor dos tributos a recolher retidos na fonte e os tributos incidentes sobre o faturamento: 877. Total: 877.

15. Consórcios: COFINS/CSLL/PIS a recolher (5952): 877. IRPF (1708): 284. Total: 1.161.

16. Empréstimos e Financiamento a Longo Prazo: Empréstimo Sicoob Leste Capixaba: 12.500.000. Empréstimo Sicoob Sul Serrano: 12.500.000. Total: 25.000.000.

17. Patrimônio Líquido: 17.1. Capital Social - O capital social está totalmente integralizado e distribuído em um total de 46.079 ações ordinárias. 17.2. Reservas de Lucros - O valor da reserva de Lucros está distribuído em: Reserva Legal: R\$ 317.950; Outras Reservas de Lucros: R\$ 6.041.053.

18. Receita Operacional Líquida: Refere-se aos serviços de Consultoria prestados durante o ano deduzidos dos impostos sobre vendas. 19. Despesas Operacionais: 19.1 Despesas com Pessoal - Referem-se aos gastos com folha de pagamento, pró-labore, encargos sociais e benefícios aos funcionários.

19.2 Serviços de Terceiros - Referem-se aos gastos com prestadores de serviços. 19.3 Aluguéis - Refere-se a locação mensal de 03 salas comerciais mobiliadas. 19.4 Outras Despesas Diversas - Referem-se principalmente a gastos com viagens.

19.5 Tributos e Contribuições - Referem-se a gastos com Pis/Cofins e taxas. 19.6 Resultado nos Consórcios - Refere-se ao resultado negativo dos 02 blocos do Consórcio de Exploração com a empresa Imetame Energia Ltda.. Total: 48.642.

20. Outras Receitas/Despesas Operacionais: Refere-se ao resultado da equivalência patrimonial nas investidas e ganho na alienação de ativo não circulante. Total: 48.642.

21. Resultado Financeiro: Referem-se as despesas bancárias e receitas de aplicação financeira e amortização dos juros do financiamento. Total: 48.642.

22. Instrumentos Financeiros - Gerenciamento De Riscos: As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo e contas a pagar.

23. Continuidade Operacional: É de interesse que a Empresa continue a conduzir o seu negócio em âmbito e em conformidade com as disposições de sua constituição. 24. Fatos Relevantes nas Demonstrações Contábeis: Efeitos da Pandemia do Coronavírus (COVID19) - A pandemia causada pelo coronavírus, Covid-19, tem exigido a adoção de medidas preventivas para diminuir o contágio e preservar a saúde e o bem-estar de todos.

25. Impostos e Contribuições Sociais: Registra o valor dos tributos a recolher retidos na fonte e os tributos incidentes sobre o faturamento: 877. Total: 877.

26. Despesas Antecipadas: Licença de software de interpretação e modelagem de G&G: 0. Aluguel: 47.466. Total: 47.466.

27. Realizável A Longo Prazo: referente à caução do escritório virtual. Imetame Energia Lagoa Parda: 30.515.751. EnP Paraná: 3.950.266.

28. Investimentos: Custos Exploratórios dos blocos nos consórcios (ES-T-441 e ES-T-487): 2.704.366. Custos com produção do bloco ES-T-487 no consórcio: 87.843.

29. Imobilizado: Custos em desenvolvimento do bloco ES-T-441 no consórcio: 60.584. Máquinas e Equipamentos do bloco ES-T-487 no consórcio: 221.157. Total: 3.073.950.

30. Intangível: Direitos de uso de 2 blocos de explorações (ES-T-441 e ES-T-487): 19.963.541. Total: 19.963.541.

31. Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo: Empréstimo Sicoob Leste Capixaba: 2.142.857. Empréstimo Sicoob Sul Serrano: 2.142.857. Total: 4.285.714.

32. Fornecedores: Prestadores de Serviços a pagar: 46.667. Total: 46.667.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444



Banco Master S/A

CNPJ Nº 33.923.798/0001-00



b) Diversas

	Banco			Consolidado		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Obrigações por transações de pagamento	363	-	363	363	-	363
Obrigações venda e transferência de ativos financeiros	2.233	1.850	4.083	2.233	1.850	4.083
Provisão despesas de pessoal	26.170	-	26.170	26.407	-	26.407
Outras provisões	14.933	-	14.933	15.118	-	15.118
Provisão passivos contingentes	-	3.695	3.695	-	9.067	9.067
Credores diversos - país	115.415	-	115.415	134.259	-	134.259
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	27.877	29.510	57.387	27.877	29.510	57.387
Total	186.992	35.055	222.046	206.257	40.427	246.684

	Banco			Consolidado		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curtoprazo	Longoprazo	Total
Obrigações por transações de pagamento	226	-	226	226	-	226
Obrigações venda e transferência de ativos financeiros	967	8.152	9.119	967	8.152	9.119
Provisão despesas de pessoal	4.493	-	4.493	4.659	-	4.659
Outras provisões	6.645	-	6.645	6.687	-	6.687
Outros pagamentos	519	-	519	519	-	519
Provisão passivos contingentes	-	4.493	4.493	-	6.824	6.824
Credores diversos - país	107.929	-	107.929	123.359	-	123.359
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	53.367	53.367	-	53.367	53.367
Total	120.779	66.012	186.791	136.417	68.343	204.760

16. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam ativos contingentes. **b) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias.** Em 31 de dezembro 2021 e 2020, não existiam obrigações legais. **c) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 de 2020 totalizam:**

	Banco				Consolidado			
	Provisão		Depósitos judiciais		Provisão		Depósitos judiciais	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Contingências trabalhistas	1.519	2.968	2.394	1.485	2.436	2.968	2.961	2.179
Contingências fiscais	-	133	319	315	-	133	319	918
Contingências cíveis	2.176	1.261	1.390	1.347	6.631	1.261	4.011	4.037
Outras contingências	-	133	-	-	-	2.463	-	-
Total	3.695	4.495	4.103	3.147	9.067	6.825	7.291	7.134

d) Movimentação das provisões passivas:

	Banco						Consolidado					
	Trabalhistas		Fiscais		Cíveis		Trabalhistas		Fiscais		Cíveis	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	2.968	133	1.261	4.362	2.179	8.000	1.766	11.945	-	-	-	-
Constituição (reversão)	(532)	(133)	5.370	4.705	789	(7.868)	(506)	(7.585)	-	-	-	-
Saldo final	2.436	-	6.631	9.067	2.968	132	1.260	4.360	-	-	-	-

e) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	2.599	4.240	2.599	4.240
Fiscais	70.197	67.814	70.197	67.814
Cíveis	56.881	75.169	56.881	75.169
Saldo final	129.677	147.223	129.677	147.223

17. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Banco e Consolidado					
	2021					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	75.758	121.723	68.475	-	-	265.956
Total	75.758	121.723	68.475	-	-	265.956

	Banco e Consolidado					
	2020					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	14.867	154.219	83.583	-	-	252.668
Total	14.867	154.219	83.583	-	-	252.668

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social. Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R\$ 518.584, dividido em 93.277.968 (noventa e três milhões, duzentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e oito) ações nominativas, dividido em 73.652.680 (setenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta) ações ordinárias e 19.625.288 (dezenove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e oito) ações preferenciais todas sem valor nominal. Sendo nesta data, o total integralizado de R\$ 415.425 mil que corresponde a um total de 77.458.768 (setenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e oito) ações nominativas, divididas em 57.833.480 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta) ações ordinárias e 19.625.288 (dezenove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e oito). Encontra-se informações adicionais sobre o capital em homologação e demais capitalizações na nota explicativa de número 2. **b) Reserva de lucros.** A conta de reserva de lucros do Banco Master é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco Master, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco Master não possui outras reservas de lucros. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Banco Master deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco Master. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. **c) Dividendos e juros sobre o capital próprio.** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

19. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ISS	286	344	6.668	1.541
COFINS	34.383	26.466	38.452	27.354
PIS	5.587	4.301	6.444	4.481
Outras	16.638	9.333	17.167	13.759
Total	56.894	40.444	68.731	47.135

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	196.074	105.147	202.218	103.530
Lucro/Prejuízo antes da tributação	196.074	105.147	202.218	103.530
Alíquota vigente (Nota 4q)	50%	45%	50%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(98.037)	(47.316)	(101.109)	(46.589)
Diferenças permanentes	39.746	12.279	36.674	13.169
Outros ajustes	39.746	12.279	36.674	13.169
Imposto de renda e contribuição social	(58.291)	(35.037)	(64.435)	(33.420)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas do Banco Master S.A. e suas controladas

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Master S.A. (Banco) e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Master S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Master S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação

21. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Partes Relacionadas. As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Ativos (passivos)		Receitas (despesas)	
	2021	2020	2021	2020
Banco Master S.A	136	1.158	(5)	(101)
Master S.A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	136	1.158	-	-
Depósitos à vista	-	-	(5)	(101)
Depósito interfinanceiro	70	36	-	-
Máximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A	70	36	-	-
Depósitos à vista	70	36	-	-
Maxima Patrimonial	36.763	-	-	-
Depósitos à vista	2.910	-	-	-
Dividendos	33.000	-	-	-
Depósito interfinanceiro	853	-	-	-
Segpar Participações S/A	99.361	80.258	-	-
Depósitos à vista	1	423	-	-
Dividendos	79.835	79.835	-	-
Depósito interfinanceiro	19.525	-	-	-
Kovr Capitalização S/A	-	29	-	-
Depósitos à vista	-	29	-	-
Kovr Seguradora S/A	75	13	-	-
Depósitos à vista	75	13	-	-
Kovr Previdência S/A	35	22	-	-
Depósitos à vista	35	22	-	-

22. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução e visão geral. O Banco Master está exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Alta Administração da Instituição. **Estrutura de gerenciamento de risco.** A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Master está de acordo com as regulamentações no Brasil, e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho e aos Executivos uma visão global das exposições do Banco Master, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. **b) Risco de crédito. Definição.** Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Master. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. **Gerenciamento do risco de crédito.** Atribuições: • Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco Master para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito. • Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco Master, no gerenciamento do risco de crédito. Análise e concessão de crédito: • Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas. • Formular Políticas de Crédito em conjunto com todas as unidades do Banco Master, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias. • Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito. • Revisar e avaliar o risco de Crédito. A área de crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão. • Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país. Controles e gestão de riscos de crédito: • Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Master. **c) Risco de liquidez. Definição.** O risco de liquidez está associado às obrigações decorrentes dos seus passivos financeiros. **Gestão de risco de liquidez.** A gestão de liquidez visa prevenir o Banco Master de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Banco Master monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos. É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens: • O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado; • Concentração dos depositantes e dos depósitos com liquidez diária. **d) Risco de mercado. Definição.** Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro. Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável. **Gestão de risco de mercado.** A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada e tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Banco Master vis a vis o apetite ao risco definido pelo ALCO e aprovado pelo Conselho de Administração. A gestão de risco de mercado é efetuada diariamente pela área de Risco. **e) Índice de Basileia.** O Banco Master em 31 de dezembro de 2021, atingiu o índice de 10,51% (10,62% em 31 de dezembro de 2020), calculado a partir do “Conglomerado Prudencial”.

	Consolidado prudencial
Patrimônio de referência	591.700
Rwa (Risk weighted assets)	5.632.385
Índice de Basileia	10,51%

f) Índice de Imobilização. De acordo com a Resolução nº 2.283/96 do BACEN, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de imobilização foi de 16,07% (31,47% em 31 de dezembro de 2020).

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital. Em 11 de janeiro de 2022, através do ofício 676/2022-BCB/Deorf/GTRJA, foi homologado o capital total de R\$ 418.584 (quatrocentos e dezoito, quinhentos e oitenta e quatro) mil representado por 79.745.164 (setenta e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro) ações nominativas, dividida em 60.119.876 (sessenta milhões, cento e dezoito mil, oitocentos e setenta e seis) ações ordinárias e 19.625.288 (dezenove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e oito) ações preferenciais sem valor nominal, referente a Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 30 de junho de 2021. Em 02 de março de 2022, o Banco apresenta-se com seu capital social subscrito e integralizado de R\$ 518.584, dividido em 93.277.968 (noventa e três milhões, duzentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e oito) ações nominativas, dividido em 73.652.680 (setenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta) ações ordinárias e 19.625.288 (dezenove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e oito) ações preferenciais todas sem valor. **b) Aquisição Banco Vival.** Em 18 de março de 2022, o Banco assinou o “Instrumento de Fechamento”, que é o documento que define as condições finais para a aquisição do Banco Vival S/A. O Banco efetuou o respectivo pagamento para a aquisição dentro do próprio mês e está tomando as providências legais e regulatórias para a conclusão da aquisição.

24. OUTROS ASSUNTOS

A partir de março de 2020 com a declaração do estado de pandemia em relação ao novo Coronavírus (Covid-19), o Banco Master adotou medidas para priorizar a saúde e bem-estar dos colaboradores, como a implantação do trabalho remoto. Além disso, minimizou os impactos que possam surgir para os clientes e fornecedores e consequentemente, sua operação, mantendo plena capacidade operacional para desempenhar as funções administrativas e comerciais, com agilidade e flexibilidade. Também manteve monitoramento tempestivo da qualidade de crédito e situação financeira dos clientes por meio do Comitê Estratégico com os membros do Comitê Executivo, tendo como principais pontos de discussão: (i) liquidez e captação, focando na análise dos prazos; (ii) análise da carteira de crédito, mapeando as possíveis interrupções nos repasses dos entes federados; (iii) capital, com simulações periódicas da Basileia.

ASSINATURAS

A DIRETORIA
Angelo Antonio Ribeiro da Silva
Contador CRC-RJ-081.990/O-2

da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os



Master S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários*

CNPJ Nº 33.886.862/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras da Master S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários relativo ao período findo em 31/12/2021, elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.720 de 30/05/2019 e atendem os propósitos específicos da referida resolução. **Resultado e Patrimônio Líquido.** O prejuízo líquido da Companhia alcançou R\$6.483 mil no período e o patrimônio líquido totalizou R\$24.592 mil. **Ativos.** Os ativos totalizaram R\$34.413 mil e estavam substancialmente formados por R\$148 mil em caixa e equivalentes de caixa, R\$10.426 mil de títulos de valores mobiliários, R\$15.841 mil em créditos tributários e R\$3.189 mil em devedores por depósitos em garantia. **Agradecimentos.** Agradecemos aos nossos acionistas e clientes o indispensável apoio e confiança e, aos nossos funcionários, a determinação e o comprometimento que têm sido fundamentais para a obtenção de resultados diferenciados. São Paulo, 23/03/2022. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		6.238	9.361	Circulante		9.821	3.673
Disponibilidades	4.	148	1.195	Outras obrigações		9.821	3.673
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.	233	6.822	Fiscais e previdenciárias	7.a.	380	481
Carteira própria		233	6.822	Obrigações fiscais diferidas	6.b.	-	126
Outros créditos		5.857	1.344	Negociação e intermediação de valores	9.	3.535	511
Rendas a receber	6.a.	16	30	Provisão para passivos contingentes	8.c.	5.372	2.330
Negociação e intermediação de valores	6.a.	4.486	-	Outras	7.b.	534	225
Créditos tributários	6.b.	1.048	1.048	Patrimônio líquido	10.	24.592	19.793
Adiantamentos e Antecipações Salariais	6.a.	73	69	Capital social	10.a.	43.588	33.588
Adiantamentos para pagamento n/conta	6.a.	37	13	De domiciliados no país		43.588	33.588
Impostos e contribuições a compensar	6.a.	197	185	Reservas de capital		66	66
Realizável a longo prazo		28.175	14.105	Prejuízos acumulados		(19.062)	(13.861)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.	10.193	6.822	Total do passivo e patrimônio líquido		34.413	23.466
Vinculados à prestação de garantias		10.193	-				
Outros créditos		17.982	14.105				
Créditos tributários	6.b.	14.793	10.118				
Devedores por depósito em garantia	8.c.	3.189	3.987				
Total do ativo		34.413	23.466				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDOS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

1. Contexto Operacional

A Master S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Master Corretora") é uma empresa de capital fechado que desenvolve a atividade de corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários. As atividades são conduzidas no contexto das empresas integrantes do Grupo Master, atuando no mercado de forma integrada.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Master Corretora S.A. são de responsabilidade da Administração. Foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e demais normas do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria do Banco em 23/03/2022.

3. Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras da Master Corretora são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e das sociedades por ações e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, aprovadas pela CVM, mas não homologadas pelo BACEN. Foram adotados para fins de divulgação das Demonstrações Financeiras os normativos aprovados pela CVM que não conflitaram com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN e BACEN, e as que foram referendadas pelo BACEN. As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes: **a) Apuração do resultado.** As receitas e despesas são apropriadas por regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Master Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez.** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Títulos e valores mobiliários.** De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários da Master Corretora são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento". Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários. Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos. Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento. **e) Despesas antecipadas.** São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas". **f) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo.** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **g) Permanente.** É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: • A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial; • A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo; • Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade; • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; • O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **h) Passivos circulante e exigível a longo prazo.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços. **i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, e Carta-Circular nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma: • Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes; • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. **j) Provisão para imposto de renda e contribuição social.** As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social - 20%. Em 14/07/2021 foi publicada a Lei nº 14.183, conversão da Medida Provisória nº 1.034, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 01/07/2021 até 31/12/2021 e 15% a partir de 01/01/2022, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10/01/2001. Adicionalmente, são constituídas créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração

de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. **k) Uso de estimativas.** A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas. **l) Lucro por ação.** É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das Demonstrações Financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Disponibilidades (Caixa)		
Depósitos bancários	145	1.193
Moeda estrangeira	3	3
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	148	1.195

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. **a) Títulos e valores mobiliários.** A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31/12/2021 e 2020, estava apresentada como segue:

Papel/ Vencimento	Valores atualizados pelo mercado						Valor de curva
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	
Títulos para negociação ⁽¹⁾ : Carteira própria: Cotas de fundos de investimento							
Letras Financeiras do Tesouro			10.193		10.193	10.189	
Total de Títulos	233	-	10.193	-	-10.426	10.189	2020

Papel/ Vencimento	Valores atualizados pelo mercado						Valor de curva
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	
Títulos para negociação ⁽¹⁾ : Carteira própria: Cotas de fundos de investimento							
Letras Financeiras do Tesouro	6.822				6.822		
Total de Títulos	6.822	-	-	-	-6.822	6.822	2020

(1) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

b) Instrumentos financeiros derivativos. i) Gerenciamento. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de stress. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. **ii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado.** Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, a Master Corretora utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&FBOVESPA e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apuração que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão e títulos pouco líquidos.

6. Outros Créditos - Diversos. a) Outros créditos - diversos

Estão representados pelos valores que seguem:

	2021		2020	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Rendas a Receber	16	-	16	30
Adiantamentos e antecipações salariais	73	-	73	69
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	37	-	37	13
Impostos e contribuições a compensar	197	-	197	185
Total	323	-	323	295

b) Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas. Em 31/12/2021 e 2020, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estavam compostos como seguem:

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
PCLP	1.338	802	2.140	-
Prejuízo fiscal / Base negativa	8.563	5.138	13.701	6.324
Total	9.901	5.940	15.841	6.324

c) Obrigações fiscais diferidas

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Marcação a mercado	-	-	79	47
Total	-	-	79	47

Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	2021		2020	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
Constituição	4.675	3.913	11.166	7.253
Saldo final	15.841	11.166	15.841	11.166

Obrigações fiscais diferidas

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Constituição	126	-	126	-
Reversão	(126)	-	-	-
Saldo final	-	126	-	126

Previsão de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Até 1 ano	4.086	3.269	7.355	-
De 1 a 2 anos	3.561	2.820	6.381	-
De 2 a 3 anos	2.105	-	2.105	-
Total	9.752	6.089	15.841	-

07. Outras Obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2021		2020	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	59	-	59	39
Impostos e contribuições sobre salários	270	-	270	159
Outros	51	-	51	282
Total	380	-	380	481

b) Diversas

	2021		2020	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Credores diversos - país	534	-	534	226
Provisão passivos contingentes	-	-	2.330	2.330
Total	534	-	534	2.556

08. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos contingentes. Em 31/12/2021 e 2020, não existiam ativos contingentes. **b) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias.** Em 31/12/2021 e 2020, não existiam Obrigações Legais. **c) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 totalizam:**

	Provisão		Depósitos Judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Contingências trabalhistas	917	-	567	694
Contingências fiscais	-	2.330	-	603
Contingências cíveis	4.455	-	2.622	2.690
Total	5.372	2.330	3.189	3.987

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		49	500
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		49	313
Resultado de operações de câmbio		-	188
Resultado bruto da intermediação financeira		49	500
Receitas (despesas) operacionais		(12.381)	(9.678)
Receitas de prestação de serviços		10.474	5.369
Despesas de pessoal		(4.473)	(3.374)
Outras despesas administrativas	11.a)	(14.538)	(2.655)
Despesas tributárias	11.b)	(1.239)	(3.756)
Outras receitas operacionais		2.417	18
Outras despesas operacionais		(5.022)	(5.279)
Resultado operacional		(12.332)	(9.178)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(12.332)	(9.178)
Imposto de renda e contribuição social		5.849	3.787
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.	5.849	3.787
Prejuízo do exercício		(6.483)	(5.391)
Quantidade de Ações		1.755.147	1.070.585
Prejuízo por Ação - R\$		(3,6939)	(5,0353)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Individual	
	2021	2020
Prejuízo do exercício	(6.483)	(5.391)
Resultado abrangente do período	(6.483)	(5.391)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados		Total
	realizado	Legal	Capital				
Saldos em 31/12/2019	33.588	-	66	(7.188)	26.466	(5.391)	(5.391)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(5.391)	(5.391)
Saldos em 31							



Master S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários*

CNPJ N° 33.886.862/0001-12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente a auditoria. Em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razo-

ável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.
UHY BENDORAYTES & CIA. Auditores Independentes
 CRC 2RJ 0081/O-8
GEYSA BENDORAYTES E SILVA
 Contadora - CRC 1RJ 091330/O-5

MÁXIMAINVEST

Máximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 07.097.020/0001-71

BALANÇOS PATRIMONIAIS FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020
Circulante		3.770	6.823	Patrimônio líquido	5.	3.770	6.823
Disponibilidades		70	36	Capital social	5. a)	26.250	25.800
Depósitos bancários	6.	70	36	De domiciliados no país		26.250	25.800
Banco Master S.A		70	36	Reservas de lucros	5. b)	51	51
Outros créditos		18	18	Prejuízos acumulados		(22.531)	(19.028)
Diversos		18	18	Total do passivo		3.770	6.823
Outros valores e bens		3.682	6.769				
Despesas antecipadas		3.682	6.769				
Total do ativo		3.770	6.823				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

• **1. Contexto operacional.** A Máximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S/A iniciou suas atividades em 12/11/2004 tendo como objeto social a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias e associações de poupança e empréstimo pela Caixa Econômica Federal nos moldes permitidos pelas leis e normas regulamentares da autoridade competente.

• **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 15/03/2022.

• **3. Resumo das principais práticas contábeis. a) Apuração do resultado.** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as operações de natureza financeira. **b) Passivo circulante.** Registrado pelos valores conhecidos e calculáveis até a data do balanço. **c) Imposto de renda e contribuição social.** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela referida Lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31/12/2007. **d) Estimativas contábeis.** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **e) Moeda funcional.** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$). O real é a moeda funcional e a principal moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera. **f) Segmentos operacionais.** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio. **g) Caixa e equivalentes de caixa.** Foram considerados como caixa ou equivalente de caixa as disponibilidades e os instrumentos financeiros altamente líquidos, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **h) Receitas financeiras e despesas financeiras.** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, conside-

radas razoáveis para as circunstâncias. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

• **4. Imposto de renda e contribuição social.** Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	2021	2020
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	(3.503)	(3.454)
Lucro/Prejuízo antes da tributação	(3.503)	(3.454)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	-	-
Diferenças permanentes	-	-
Outros ajustes	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-

• **5. Patrimônio líquido. a) Capital social.** O capital social em 31/12/2021 é de R\$ 26.250 (2020: R\$ 25.800) e está representado por 26.250.000 (2020: 25.800.000) ações ordinárias sem valor nominal. - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/02/2021, foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R\$ 250 com emissão de 250.000 ações. Em consequência o capital passou de R\$ 25.800 para R\$ 26.050 representado por 26.050.000 ações ordinárias. - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/04/2021, foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R\$ 100 com emissão de 100.000 ações. Em consequência o capital passou de R\$ 26.050 para R\$ 26.150 representado por 26.150.000 ações ordinárias. - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/11/2021, foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R\$ 100 com emissão de 100.000 ações. Em consequência o capital passou de R\$ 26.150 para R\$ 26.250 representado por 26.250.000 ações ordinárias. **b) Reserva de lucros.** A Reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir 20% do Capital Social conforme previsto na legislação societária. **c) Dividendos.** Ao acionista é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

• **6. Transações com partes relacionadas.** Os saldos referentes a transações com partes relacionadas, pactuadas em condições usuais de mercado, são os seguintes:

	2021	2020	
Ativo	Receitas	Ativo	Receitas
Banco Master S.A	-	-	-
Depósitos bancários	70	-	36

• **7. Outras informações.** Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Exercício	
	2021	2020
Receitas (despesas) operacionais	(3.503)	(3.454)
Despesas de pessoal	(90)	(1.323)
Outras despesas administrativas	(3.163)	(2.123)
Despesas tributárias	(1)	(8)
Outras despesas operacionais	(249)	-
Resultado operacional	(3.503)	(3.454)
Prejuízo do exercício	(3.503)	(3.454)
Quantidade de ações	26.250.000	25.800.000
Prejuízo/lucro líquido por ação - R\$	(0,1334)	(0,1339)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Exercício	
	2021	2020
Prejuízo do exercício	(3.503)	(3.454)
Resultado abrangente do período	(3.503)	(3.454)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social realizado	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Prejuízos		
Saldos em 31/12/2019	19.300	51	(15.574)	3.777	
Aumento de capital	6.500	-	-	-	6.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.454)	(3.454)
Saldos em 31/12/2020	25.800	51	(19.028)	6.823	
Aumento de capital	450	-	-	-	450
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.503)	(3.503)
Saldos em 31/12/2021	26.250	51	(22.531)	3.770	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	2021	2020
Atividades operacionais	(3.503)	(3.454)
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado	(3.503)	(3.454)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(3.503)	(3.454)
Variação de ativos e passivos	3.087	(3.020)
(Aumento) redução de outros créditos	-	(17)
(Aumento) redução de outros valores e bens	3.087	(2.869)
Aumento (redução) de outras obrigações	-	(134)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(416)	(6.474)
Atividades de financiamento	450	6.500
Aumento de capital	450	6.500
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	450	6.500
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	34	26
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	70	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

• **8. Pronunciamentos Contábeis.** § IFRS 16 – Arrendamento Mercantil – A IFRS 16 requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

ASSINATURAS

A DIRETORIA
Angelo Antonio Ribeiro da Silva - Contador - CRC-RJ-081.990/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da MÁXIMAINVEST SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da MÁXIMAINVEST SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente a auditoria. Em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MÁXIMAINVEST SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 16/03/2022.
UHY BENDORAYTES & CIA.
 Auditores Independentes - CRC 2RJ 0081/O-8
GEYSA BENDORAYTES E SILVA
 Contadora - CRC 1RJ 091330/O-5

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444



MÁXIMA PATRIMONIAL

Máxima Patrimonial Ltda.

CNPJ/MF nº 03.566.273/0001-96

BALANÇOS PATRIMONIAIS FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Notas	2021	2020
Ativo Circulante		53.512	5.419
Disponibilidades		2.909	1.307
Depósitos bancários		2.909	1.307
Banco Master S/A		2.909	1.307
Instrumentos financeiros		3.755	1.796
Ao valor justo por meio do resultado	4.	3.755	1.796
Outros créditos		41.848	2.316
Rendas a receber	5.	40.000	-
Diversos		1.848	2.316
Outros valores e bens		5.000	-
Despesas antecipadas		5.000	-
Ativo Não Circulante		34.583	20.000
Realizável a Longo Prazo		30.000	20.000
Outros créditos		30.000	20.000
Rendas a receber	5.	30.000	20.000
Outros valores e bens		4.583	-
Despesas antecipadas		4.583	-
Total do ativo		88.095	25.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social realizado	Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31/12/2019	1.950	356	3.147	-	5.453
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.914	14.914
Destinação do lucro:					
. Distribuição de dividendos	-	-	(10.000)	-	(10.000)
. Reserva legal	-	33	-	(33)	-
. Outros	-	-	14.881	(14.881)	-
Saldos em 31/12/2020	1.950	389	8.028	-	10.367
Aumento de capital	6.000	-	-	-	6.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	71.961	71.961
Destinação do lucro:					
. Distribuição de dividendos	-	-	-	(48.000)	(48.000)
. Reserva legal	-	1.200	-	(1.200)	-
. Outras reservas	-	-	13.179	(13.179)	-
Saldos em 31/12/2021	7.950	1.589	21.207	9.582	40.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

• **1. Contexto operacional.** A Máxima Patrimonial, iniciou suas atividades em 27/11/2018 tendo como objeto social de atividades de consultoria em gestão empresarial.

• **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 21/03/2022.

• **3. Resumo das principais práticas contábeis. a) Apuração do resultado.** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para as operações de natureza financeira. **b) Aplicações financeiras.** Os Certificados de Depósitos Bancários estão registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem ao valor de mercado. Os Instrumentos Financeiros estão registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c) Passivo circulante.** Registrado pelos valores conhecidos e calculáveis até a data do balanço. **d) Imposto de renda e contribuição social.** As provisões para o imposto de renda e a contribuição social são constituídas pelo regime lucro presumido, onde o lucro é determinado com base na presunção calculado a partir da incidência sobre a receita bruta de 32%. Sobre esse resultado são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e à alíquota de 9% para a contribuição social. De acordo com as Leis nº 9.430/1996, arts. 28 e 29, Lei nº 9.718/1998, art. 13 e Lei nº 12.814/2013, art. 7º. **e) Instrumento financeiro.** A companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia avalia na data das demonstrações financeiras a existência de evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não seja recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores. **f) Estimativas contábeis.**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da MÁXIMA PATRIMONIAL LTDA. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da MÁXIMA PATRIMONIAL LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MÁXIMA PATRIMONIAL LTDA. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

Atividades operacionais	2021	2020
Lucro/prejuízo líquido ajustado	81.744	17.084
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	81.744	17.084
Variação de ativos e passivos	(57.330)	(1.301)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	(1.960)	2.244
(Aumento) redução de outros créditos	(49.531)	(2.081)
(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens	(9.583)	-
Aumento (redução) de outras obrigações	3.743	(1.464)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das operações	24.414	15.783
Impostos pagos	(3.812)	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais	20.602	15.783
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	6.000	-
Dividendos pagos	(25.000)	(15.000)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento	(19.000)	(15.000)
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	1.602	783
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.307	524
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.909	1.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **g) Moeda funcional.** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$). O real é a moeda funcional e a principal moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera. **h) Segmentos operacionais.** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio. **i) Caixa e equivalentes de caixa.** Foram considerados como caixa ou equivalente de caixa as disponibilidades e os instrumentos financeiros altamente líquidos, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **j) Receitas financeiras e despesas financeiras.** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

• **4. Instrumentos financeiros.** Os ativos financeiros, em 31/12/2021 e 2020, apresentavam os saldos como segue:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	2021 Valor Total	2020 Valor Total
Papel/Vencimento							
Valor justo por meio do resultado:							
Certificados de depósitos bancários	853	-	-	-	-	853	853
Cotas de fundos de investimento	2.902	-	-	-	-	2.902	2.902
Total de Títulos	3.755	-	-	-	-	3.755	3.755
Papel/Vencimento							
Valor justo por meio do resultado:							
Cotas de fundos de investimento	1.796	-	-	-	-	1.796	1.796
Total de Títulos	1.796	-	-	-	-	1.796	1.796

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida		82.215	18.270
Receitas (despesas) operacionais	8.	(447)	(265)
Outras despesas administrativas		(446)	(29)
Outras despesas operacionais		(1)	(236)
Resultado operacional		81.768	18.005
Resultado financeiro		(24)	(921)
Receitas financeiras		244	73
Despesas financeiras		(268)	(994)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		81.744	17.084
Imposto de renda e contribuição social	9.	(9.783)	(2.170)
Provisão para imposto de renda corrente		(7187)	(1.594)
Provisão para contribuição social corrente		(2.596)	(576)
Lucro líquido do exercício		71.961	14.914
Quantidade de ações		7.950.000	1.950.000
Lucro líquido por ação - R\$		9,0517	7,6483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES FNDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

		2021	2020
Lucro líquido do Exercício		71.961	14.914
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado Abrangente do Exercício		71.961	14.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

• **5. Outros créditos – diversos. Receitas a receber.** Estão representados pelos valores que seguem:

	Curto prazo	Longo prazo	2021 Total	Curto prazo	Longo prazo	2020 Total
Fee de estruturação a receber	30.000	-	30.000	20.000	-	20.000
Rendas de assessoria a receber	40.000	-	40.000	-	-	-
Total	70.000	-	70.000	20.000	-	20.000

• **6. Partes relacionadas.** Estão representados pelos valores que seguem:

	2021	2020
Banco Master	2021	2020
Dividendos a pagar	33.000	10.000
Total	33.000	10.000

• **7. Outras obrigações. Fiscais e previdenciárias**

	Curto prazo	Longo prazo	2021 Total	Curto prazo	Longo prazo	2020 Total
Impostos e Contribuições sobre Lucros	9.293	-	9.293	3.322	-	3.322
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	4.500	-	4.500	1.000	-	1.000
Outros	974	-	974	730	-	730
Total	14.767	-	14.767	5.052	-	5.052

• **8. Resultado operacional líquida**

	2021	2020
Receita bruta de serviços ⁽¹⁾	90.000	20.000
Deduções da receita		
(-) Impostos sobre serviços	(4.500)	(1.000)
(-) COFINS	(2.700)	(600)
(-) Pis	(585)	(130)
Total	82.215	18.270

⁽¹⁾ Contratos de assessoria e estruturação.

• **9. Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2021	2020
Receita Bruta	90.000	20.000
Presunção da Base de Cálculo - 32%	28.800	6.400
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	9.783	2.170

• **10. Patrimônio Líquido. a) Capital social.** O capital social em 31/12/2021 é de R\$ 7.950 e em 31/12/2020 é de R\$ 1.950. - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/12/2020, foi deliberado o aumento de capital da Companhia. **b) Reserva de lucros.** A Reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir 20% do Capital Social conforme previsto na legislação societária. **c) Dividendos.** Ao acionista é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

• **11. Outras informações.** - Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

• **12. Eventos subsequentes.** - A partir de março de 2020 com a declaração do estado de pandemia em relação ao novo Coronavírus (Covid-19), a Máxima Patrimonial adotou medidas para priorizar a saúde. Além disso, minimizou os impactos que possam surgir para os clientes e fornecedores e consequentemente, sua operação, mantendo capacidade operacional para desempenhar as funções administrativas e comerciais, com agilidade e flexibilidade.

ASSINATURAS

A DIRETORIA
Angelo Antonio Ribeiro da Silva
Contador - CRC-RJ-081.990/O-2

financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 22/03/2022.

UHY BENDORAYTES & CIA.

Auditores Independentes - CRC 2RJ 0081/O-8

GEYSA BENDORAYTES E SILVA - Contadora - CRC 1RJ 091330/O-5

Mercado de Losartana fatura R\$ 729 milhões em 2021

Presentes no mundo todo, a insuficiência cardíaca e a hipertensão arterial podem ser consideradas males com altas taxas de hospitalização e mortalidade. Segundo estudo realizado pelo Farmácias APP, aplicativo de vendas online de saúde e beleza, o

mercado de Losartana, usado para o tratamento dessas doenças, teve um faturamento de R\$ 729 milhões em 2021, com uma queda de 9,2% em comparação com 2020.

Embora os produtos similares tenham apresentado uma queda percentual

maior, com 10,2% a menos que em 2020, a maior queda de vendas foi de produtos genéricos, com R\$ 51,7 milhões a menos no comparativo com o mesmo ano. Por cidades, enquanto Paraná foi responsável por um aumento de 2,1% no faturamento desses medicamen-

tos em 2021, Minas Gerais apresentou o menor índice de vendas, com R\$ 17,4 milhões a menos que em 2020.

“Nas últimas semanas, a suspensão da venda de medicamentos à base de Losartana, da indústria Sanofi Medley, preocupou os consumidores brasileiros. Ape-

sar da retirada dos lotes das farmácias, parar de tomar o medicamento sem uma avaliação médica pode ser prejudicial à saúde. Procure um cardiologista”, alerta Yago Ruegg, gerente comercial do Farmácias APP.

Devido à presença de impurezas em sua pro-

dução, os remédios com Losartana, da indústria Medley, foram retirados preventivamente das farmácias. O medicamento pertence à categoria de bloqueadores dos receptores de angiotensina e deve ser consumido sob prescrição médica.